**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO
ESTADO DO PARÁ**

EMENTÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão do Ementário

Supervisores

Desembargador Manoel Christo Alves Filho

Desembargador Almir de Lima Pereira

Assessora do Plenário “Des. Oswaldo Pojucan Tavares”.

Ednair Melo Fernandes Leão.

Assessora do Plenário “Des. Orlando Dias Vieira”.

Rosa Helena Tavares de Christo Alves.

Colaboradora

Jane Ramôa Jordy – Assessora Jurídica

Luiz Alberto Tuji de Castro - Oficial de Justiça

Capa: Arquiteto Walter Nazareno Mendes Lima

Diagramação e Impressão: Departamento de Informática do TJE-PA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargador..... ROMÃO AMOÊDO NETO – Presidente
Desembargador..... JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA – Vice-Presidente
Desembargador..... HUMBERTO DE CASTRO – Corregedor

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador..... ROMÃO AMOÊDO NETO
Desembargador..... JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargador..... HUMBERTO DE CASTRO
Desembargador..... NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM
Desembargador..... BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA

MEMBROS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Desembargador..... RICARDO BORGES FILHO
Desembargador..... ARY MOTTA SILVEIRA
Desembargador..... NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM
Desembargador..... STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES
Desembargador..... ROMÃO AMOÊDO NETO
Desembargadora..... MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Desembargador..... WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA
Desembargador..... HUMBERTO DE CASTRO
Desembargador..... JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargadora..... ISABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO
Desembargadora..... CLIMENIÉ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora..... MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Desembargador..... CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Desembargador..... PEDRO PAULO MARTINS
Desembargador..... JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA
Desembargador..... ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT
Desembargador..... WERTHER BENEDITO COÊLHO
Desembargadora..... YVONNE SANTIAGO MARINHO
Desembargadora..... RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES
Desembargador..... JAIME DOS SANTOS ROCHA
Desembargadora..... LÚCIA CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ
Desembargadora..... ALBANIRA LOBATO BEMERGUY
Desembargador..... BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA
Desembargadora..... OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY
Desembargadora..... MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES
Desembargador..... FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora..... MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA

SUMÁRIO

EMENTAS

Pag.

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Agravo.....	11
Apelação	23
Conflito de Competência.....	41
Embargos Declaratórios.....	45
Embargos Infringentes.....	51
Mandado de Segurança.....	55
Reexame de Sentença.....	67

PENAL E PROCESSUAL PENAL

Ação Penal.....	75
Agravo.....	81
Apelação	85
Conflito de Competência.....	95
Exceção de Suspeição.....	99
Habeas Corpus	103
Recurso em Sentido Estrito.....	117
Recurso Ex-Officio.....	123
Reexame de Sentença.....	127
Revisão Criminal	131

ÍNDICE SISTEMÁTICO	135
--------------------------	-----

EMENTAS

**CIVIL E PROCESSUAL
CIVIL**

A G R A V O

IDENTIDADE DESCONHECIDA DOS RÉUS. CITAÇÃO POR EDITAL. ESBULHO. POSSE VELHA.

Agravo de Instrumento. Ação de Reintegração de Posse. Concessão de medida liminar reintegratória. Preliminar de nulidade da citação por edital. A citação editalícia também ocorre quando desconhecida a identidade dos réus. Preliminar unanimemente rejeitada. Mérito. É incensurável a decisão que protege o patrimônio do estado esbulhado pela ação político social de invasores de má-fé, sendo de resguardar a posse velha das famílias que pacificamente antecederam a invasão dirigida. Recurso denegado unanimemente.

(Ag.Inst. – PA. Acórdão nº34.440. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 17/08/98).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA INCIDENTAL, VISANDO O SEU QUÊSTRO INDISCRIMINADO DE TODOS OS BENS DO EXECUTADO, EM DETRIMENTO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

O despacho atacado dispôs sobre providência imprópria e juridicamente inviável, por tratar a espécie de execução de créditos decorrentes do crédito rural, com regulamentação rural específica, na qual, necessariamente, a penhora deve recair sobre os bens já dados em garantia, perfeitamente individuados e caracterizados nas respectivas avenças. A providência judicial malsinada configura, à toda evidência, o excesso de penhora. Poderá mandar o juiz, a requerimento do interessado, ampliar a penhora ou transferi-la para outros bens mais valiosos, se o valor dos penhorados for inferior ao referido crédito (CPC, art. 685, II). Recurso provido, para tornar sem efeito a decisão agravada.

(Ag.Instr. - PA. Acórdão nº 34.265. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 20/03/98).

FALTA DE CITAÇÃO DE UM DOS CO-OBIGADOS. NORMA PROCESSUAL DE ORDEM PÚBLICA. NULIDADE ABSOLUTA.

Processo civil. Agravo de Instrumento. Preliminares de Intempestividade e de Falta de Representação rejeitadas, por incorrência dos fatos alegados. No mérito, acha-se cabalmente provada, através de certidão, a falta de citação de um dos co-obrigados, contagiando o feito de nulidade absoluta, por se tratar de uma norma processual de ordem pública. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão n° 34.421. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/06/98).

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INVENTÁRIO. PRELIMINARES DE EXTEMPORANEIDADE E ILEGITIMIDADE DE PARTE.

I-Extemporaneidade - Não caracterização - Rejeição. II- Ilegitimidade de Parte - Matéria suscitada pela agravada e sustentada pelo órgão ministerial de primeiro grau - não apreciação pelo juízo monocrático - matéria de ordem pública. A caracterização de omissão quanto à análise e decisão de matéria prejudicial inerente ao juízo monocrático, enseja a cassação do despacho recorrido, possibilitando a restauração da prestação jurisdicional reclamada.

(Ag. Inst.-PA. Acórdão n° 34.287. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/06/98)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - INDEFERIMENTO INICIAL EM INCIDENTE DE FALSIDADE DOCUMENTAL.

Preliminar de não conhecimento, por incabível na espécie - Tratando-se de ação de incidente de falsidade documental, em autos apartados, da decisão que indefere a inicial, não cabe agravo e sim apelação. Inteligência dos arts. 295 e 296, do CPC. Recurso não conhecido.

(Ag.Inst - PA. Acórdão nº 34.284. Relatora: Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE, Juíza especialmente convocada. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/06/98).

EXECUÇÃO. AMPLIAÇÃO DA PENHORA. AÇÃO JÁ EM FASE DE REMOÇÃO DE BENS. PERDA DO OBJETO.

I – Agravo. Execução. Decisão que defere a ampliação da penhora sem avaliação e oitiva da parte adversa. Processo já na fase de remoção dos bens ampliados. Prejudicialidade do recurso por perda do objeto. II – A Hipótese de ampliação da penhora, vincula obediência à regra do inciso II do art.667, III e 685 do CPC, que diante da omissão pode ser corrigida via agravo. Porém informando juiz que a ação prosseguiu, estando já na fase de remoção dos bens ampliados, presumindo-se esta hipótese pela não providência pelo agravante do que preceitua o art. 526 do CPC, deve o recurso ser julgado prejudicado por perda do objeto.

(Ag.-PA. Acórdão nº 34.653. Relator. Des. STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES. 1ª Câmara Cível Isoladas. Unânime. Julgamento: 31/08/98).

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. RECUSA INJUSTIFICADA DE SE SUBMETER AO DNA.

Investigação de paternidade. Exames de DNA e hematológico. Recusa injustificada. Improcedência. O deferimento de exames de DNA e hematológico está conectado com os fatos alegados nos autos. E essa prova não importa em violação a intimidade, vida privada, honra etc..., de que trata o inciso x, art. 5º da c.f. o investigado não está obrigado a submeter-se a dita prova. Recusando-se assume o investigado as conseqüências de sua recusa. Recurso conhecido e improvido.

(Ag. – PA. Acórdão nº 34.652. Relator. Desa. CLIMENIE BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. 3ª Câmara cível isolada. Unânime. Julgamento: 14/08/98).

AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.

Agravo Regimental. Ausência de pedido de reconsideração. Não cabe reconsideração no Agravo Regimental. Quando não requerido, decisão que cabe à câmara. Cassação do efeito suspensivo, por maioria.

(Ag.Reg. - PA. Acórdão nº34.603. Relator: PEDRO PAULO MARTINS. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 14/08/98).

EXECUÇÃO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. MERA FACULDADE. INCABIMENTO DE AGRAVO.

Agravo de Instrumento. Ação de execução. Decisão proferida em pedido de reconsideração, indeferido auxílio do Juízo na indicação de bens do executado. 1. O pedido de reconsideração, mera faculdade utilizada pelas partes, não possui menção em nosso direito positivo. 2. Da decisão proferida em pedido de reconsideração não cabe agravo de instrumento. 3. Recurso não conhecido pela ausência de pressupostos de admissibilidade.

(Ag.Inst. – PA. Acórdão nº34.727. Relatora: Desa. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 17/09/98).

TUTELA ANTECIPADA. AÇÃO ORDINÁRIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL. PEDIDO DE SUSTAÇÃO DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO A PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL.

Agravo de Instrumento. Tutela antecipada. Indeferimento. Ação Ordinária de Repetição de Indébito Fiscal. Depósito. 1) A Suspensão de Exigibilidade do Crédito Tributário encontra-se prevista no art. 151 do CTN. 2) A Tutela Antecipada, consistente no depósito viola as normas legais. 3) Do mesmo modo, o pedido de sustação de ajuizamento de ação judicial, fere os princípios constitucionais. Recurso conhecido e improvido.

(Ag.Inst. – PA. Acórdão nº34.729. Relatora: Desa. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 05/09/98)

EXECUÇÃO. AMPLIAÇÃO DA PENHORA. AÇÃO JÁ EM FASE DE REMOÇÃO DE BENS. PERDA DO OBJETO.

I – Agravo. Execução. Decisão que defere a ampliação da penhora sem avaliação e oitiva da parte adversa. Processo já na fase de remoção dos bens ampliados. Prejudicialidade do recurso por perda do objeto. II – A Hipótese de ampliação da penhora, vincula obediência à regra do inciso II do art.667, III e 685 do CPC, que diante da omissão pode ser corrigida via agravo. Porém informando juiz que a ação prosseguiu, estando já na fase de remoção dos bens ampliados, presumindo-se esta hipótese pela não providência pelo agravante do que preceitua o art. 526 do CPC, deve o recurso ser julgado prejudicado por perda do objeto.

(Ag.-PA. Acórdão nº 34.653. Relator. Des. STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES. 1ª Câmara Cível Isoladas. Unânime. Julgamento: 31/08/98).

AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS. CONTABILIZAÇÃO NA CONTA “RESERVAS BANCÁRIAS” – IMPENHORABILIDADE.

Agravo de Instrumento. Ação de Execução forçada. São impenhoráveis os depósitos das instituições financeiras bancárias mantidos no Banco Central do Brasil e contabilizados na conta “reservas bancárias”. Recurso provido para efeito de julgar nula a decisão agravada. Decisão unânime.

(Ag.Inst. – PA. Acórdão nº34.237. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 01/06/98).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUIMENTO NEGADO. AGRAVO INOMINADO. MOTIVOS ACEITÁVEIS.

Agravo Inominado em agravo de instrumento. Objetivo. Reforma de despacho que, em agravo de instrumento, negou seguimento ao recurso. Motivos aceitáveis, expostos, pelos agravantes, em suas razões. Procedência.

(Ag.Inom.emAg.Inst. – PA. Acórdão nº33.622. Relator: Des. WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 02/04/98).

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DEPÓSITO EM MÃOS DO CREDOR.

Agravo de Instrumento. Ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária. Sendo determinada, liminarmente, pelo Juiz, a busca e apreensão da coisa alienada, esta será depositada em mãos de quem for indicado como depositário que, na prática, é quase sempre o próprio credor, mas nunca em mãos do devedor fiduciante, pois que este só exerce a posse sobre o objeto enquanto estiver cumprindo, pontualmente, suas obrigações contratuais. Se, na ação de que se trata, só poderá o acionado contestá-la após a execução da liminar, o juiz do feito, em hipótese alguma, poderá determinar que seja sustada a liminar, para que o processo prossiga, em tais condições, sem que o credor fiduciário goze da faculdade que lhe é conferida pela lei, de manter-se como depositário da coisa alienada. Recurso provido.

(Ag.Inst. – PA. Acórdão nº33.791. Relator: Des. WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 07/05/98).

CONCORDATA PREVENTIVA. FALÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE DA DECISÃO.

Agravo. Concordata Preventiva. Decretação de Falência. Preliminar de nulidade da decisão por ausência de manifestação do Ministério Público no 1º Grau de Jurisdição. Nulidade suscitada pelo Procurador de Justiça. Procedência. Entendimento das Cortes Judiciais. Suscitadas, pelo Procurador de Justiça, a nulidade da decisão por ausência de manifestação do fiscal da lei, na instância a quo, e sufragando o entendimento das Côrtes Judiciais, que proclamam a existência da nulidade quando arguida, acolhe-se a preliminar para decretar a nulidade da decisão interlocutória por ausência de manifestação do Órgão opinante no 1º grau de jurisdição, cuja intervenção é necessária, a teor do art. 210 da Lei Falimentar.

(Ag. - PA. Acórdão nº34.465. Relatora: Desa. CLIMENIE BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 14/08/98).

JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INOCORRÊNCIA. DESPACHO PROFERIDO EM AUDIÊNCIA.

Agravo. Agravo interposto por inconformismo com a decisão do Juízo de Direito “ a quo”, no despacho proferido em audiência, que deixou de julgar antecipadamente a lide, nos autos de Ação Ordinária de Indenização por Perdas e Danos, tendo reconhecido a intempestividade da contestação da ação de reconvenção. Entretanto a referida contestação foi interposta dentro do prazo legal, segundo o preceituado pelo artigo 316 do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ag. – PA. Acórdão nº34.871. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 16/10/98).

AÇÃO CAUTELAR DE CAUÇÃO. CONCESSÃO DE LIMINAR. INADMISSIBILIDADE.

Recurso de Agravo de Instrumento. Ação Cautelar de Caução. É inadmissível concessão de liminar em cautelar se ausentes os requisitos de “periculum in mora” e “fumus boni juris”, com feição satisfativa e violação ao art. 655, §2º, do C.P.C.

(Ag. – PA. Acórdão nº 34.886. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 22/10/98).

EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. PENHORA. CITAÇÃO VÁLIDA.

Agravo de Instrumento. Penhora e sua respectiva intimação, na ação de execução de prestação alimentícia, não precedidas de “citação válida”. Arguição de nulidade da citação. Validade à citação combatida. Ato ensejador do recurso. 1. Preliminar de instrução deficiente do recurso. Ausência da certidão de intimação da decisão agravada. Inacolhida pelos fundamentos constantes deste acórdão. 2. A nulidade argüida é relativa, devendo ser decretada, quando suscitada no tempo devido. In casu, ciente da penhora, a nulidade pretendida, poderia ter sido argüida, através interposição de Embargos à Execução. Ocorrência de preclusão temporal, pois, argüição, fora do prazo legal. 3. Recurso conhecido, mas improvido. Decisão unânime.

(Ag.Instr. –PA. Acórdão nº34.278. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento:18/06/98).

APELAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DO DEVEDOR JULGADOS IMPROCEDENTES. EXECUÇÃO DE CHEQUE. TÍTULO EXTRAJUDICIAL LÍQUIDO E CERTO.

Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. Inexistência de prescrição intercorrente. Falta de atitude do embargante para recuperação do cheque na negativa da embargada. Título que por si só dá suporte para o tipo de ação apresentada. Recurso conhecido e improvido.

(Ap.Civ. -PA. Acórdão nº 34.283. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/06/98)

IMPORTÂNCIA EM DINHEIRO DEPOSITADA. TRANSFERÊNCIA A TERCEIRO. NEGLIGÊNCIA DO ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. LIBERAÇÃO DO DINHEIRO EM FAVOR DO PREJUDICADO.

Busca e apreensão. Objeto : importância em dinheiro depositada em banco para ser transferida em proveito do próprio cliente, paga a terceiro, por negligência do estabelecimento creditício depositário. Procedência da decisão concessiva tendente à liberação do dinheiro em favor do prejudicado. Rejeitadas as preliminares, improveu-se o recurso.

(Ap.Civ. -PA. Acórdão nº34.422. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/06/98).

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE DESPEJO C/C COBRANÇA DE ALUGUÉIS E ENCARGOS LOCATÍCIOS. JULGAMENTO "CITRA PETITA".

Preliminar: Nulidade de sentença. Suscitação ex-officio - matéria de ordem pública - julgamento citra petita. Tendo as ações sido propostas cumulativamente, nula é a sentença que julgou apenas uma das ações, face a caracterização de vício por julgamento "citra petita". Acolhimento.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº 34.275. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 25/06/98)

CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO, FACE INEXISTÊNCIA DE QUALQUER FATO OU ATO QUE POSSA DEMONSTRAR O VENCIMENTO ANTECIPADO DE UMA DAS ALUDIDAS CÉDULAS E INEXISTÊNCIA DE PRÉVIA CONSTITUIÇÃO DOS EMBARGANTES EM MORA, ATRAVÉS DO PROTESTO, INTERPELAÇÃO OU NOTIFICAÇÃO REFERENTE À MESMA.

Sentença monocrática concluindo pela extinção do processo de execução, nos termos do Art. 267, IV do CPCB. Apelação interposta, objetivando a reforma da sentença com a apreciação ainda, desde logo, de todas as matérias suscitadas e discutidas no processo. 1- Não há se falar em carência da ação, uma vez que as cédulas de crédito rural são títulos executivos, conforme disciplina o Dec.-Lei nº 167/77. Além do que, o avençado entre os litigantes prevê expressamente, no referido título, o vencimento antecipado de todas as parcelas, caso uma delas não seja honrada. Não constituição de cláusula abusiva, pelo fato de que, ademais, o vencimento antecipado da dívida nestas hipóteses, não decorre exclusivamente de convenção das partes, mas sim, de expressa disposição legal, constante do Dec.-Lei nº 167/77. 2- Improcede também a alegação de que não houve constituição dos embargantes em mora através do essencial protesto, interpeleção ou notificação quanto a mencionada cédula, como exige o Art. 966 do CPCB, pelos fundamentos constantes deste acórdão. Questão que deixou de ser analisada e decidida em 1º grau, não pode a 2ª instância apreciar, pois que tal implicará na supressão de um grau de jurisdição, com lesão a direito garantido constitucionalmente. 3- Apelo provido.

(Ap.Civ. -PA. Acórdão nº 34.385. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/06/98)

RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CARTÃO DE CRÉDITO OUROCARD EXTRAVIADO. COMUNICAÇÃO DO FATO À EMPRESA EMISSORA. EMISSÃO DE NOVO CARTÃO. EXTRATO MENSAL PARA PAGAMENTO CONSTANDO INCLUSIVE DÉBITO DE COMPRAS FEITAS NESTA E OUTRA PRAÇA, COM O CARTÃO EXTRAVIADO, EM DATA POSTERIOR AO COMUNICADO.

Pagamento efetivado, do débito total constante do extrato mensal, incluindo dívida não contraída pela autora. Postulação do ressarcimento em dobro, do que foi pago indevidamente. Procedência da ação. Apelação Cível imposta, objetivando “reforma do decisum” através de documentação inserida nos autos. 1- Comprovado, através de documentação inserida nos autos, que a autora realmente pagou além do que devia, incluindo dívida que não era de sua responsabilidade, enseja provimento da ação interposta, para que tal devolução seja feita em dobro, com juros e correção monetária. 2- Não merece reforma a decisão do Juízo “a quo”, diante das considerações ao caso em julgamento e constante deste acórdão. Decisão que se confirma na superior instância, diante da substancial fundamentação. Apelação improvida.

(Ap.Civ. -PA. Acórdão nº 34.382. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 13/08/98).

AÇÃO E BUSCA E APREENSÃO. A INICIAL DO PEDIDO DE CONVERSÃO DA EM AÇÃO DE DEPÓSITO. CONEXÃO. DISPENSA DE REPETIÇÃO .

Também a prisão civil do depositário fiduciário, ainda que não expressamente requerida, pode ser cominada “*in abstracto*” na sentença que julga procedente ação de depósito. Condicionada sua efetivação, se não houver cumprido o mandado de execução da sentença, a requerimento do autor - Preliminar rejeitada por maioria de votos. Quanto à preliminar de ilegitimidade passiva “*ad causam*”, tendo o credor usado da faculdade conferida no art. 4º da LAF, a ação de depósito deve manter, no polo passivo as mesmas partes da ação convertida. Preliminar rejeitada à unanimidade. No mérito, o cálculo deve ser rejeitado para que se substitua a TR pelo IPC/FIPE, porquanto aquela não reflete o poder aquisitivo da moeda. Apelo conhecido e provido.

(Ap.Civ. -PA. Acórdão nº 34.350. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza especialmente convocada. 1ª Câmara Cível Isolada. Primeira preliminar rejeitada por maioria, e a segunda por unanimidade. Julgamento: 10/08/98).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DECLARATÓRIA. PRELIMINARES REJEITADAS UNANIMEMENTE. PLANO CRUZADO.

Preliminar de deserção - O preparo do recurso de apelação teve início no exato prazo legal, e se não foi completado no mesmo dia, a culpa não pode ser debitada ao banco apelante, mas a desídia que ultimamente, infelizmente vem caracterizando alguns serviços forenses - Preliminar rejeitada à unanimidade de votos. Preliminar de nulidade da sentença por infringência constitucional - A inovação do princípio constitucional para embasar a preliminar é inaplicável ao caso em exame e chega a ser pueril - Preliminar rejeitada unanimemente. Mérito: a respeitável sentença apelada, com clareza, transparência e lógica analisou com segurança, pois apoiada na doutrina e jurisprudência, o emaranhado da política econômico-financeira que caracterizou a instabilidade econômica do país, durante o plano cruzado e concluiu fazendo inteira justiça pelo que não merece nenhum reparo. Recurso Improvido.

(Ap.Civ. -PA. Acórdão nº 34.313. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 22/06/98).

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DO DEVEDOR JULGADOS IMPROCEDENTES. EXECUÇÃO DE CHEQUE. TÍTULO EXTRAJUDICIAL LÍQUIDO E CERTO.

Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. Inexistência de prescrição intercorrente. Falta de atitude do embargante para recuperação do cheque na negativa da embargada. Título que por si só dá suporte para o tipo de ação apresentada. Recurso conhecido e improvido.

(Ap.Civ. -PA. Acórdão nº 34.283. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/06/98)

AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO. PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. O NÃO CUMPRIMENTO ACARRETA A NULIDADE DO PROCESSO.

Apelação Cível. Ação Anulatória de Ato Jurídico. Preliminar de Nulidade “ab initio” do processo: em respeito ao Princípio Constitucional de Ampla Defesa o Código de Processo Civil determina a citação dos réus e dos litisconsortes passivos para que tendo conhecimento da ação judicial contra si proposta venham a juízo defender seus direitos, o não cumprimento dessa determinação judicial comina a nulidade do processo “ab initio”. Preliminar acolhida à unanimidade de votos.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº34.640. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 24/08/98).

TUTELA ANTECIPATÓRIA. FUNCIONAMENTO DE BAR. AUTORIZAÇÃO. NÃO PERMITE PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO PÚBLICO.

Apelação Cível. Ação Cominatória com pedido de tutela antecipatória. 1ª Preliminar: Nulidade do Processo a partir da exceção de incompetência, por cerceamento do direito de defesa. Rejeitada à unanimidade. 2ª Preliminar: nulidade da sentença por falta de fundamentação. Rejeitada à unanimidade. Mérito: Autorização para funcionamento de bar, dada pelo Órgão Competente, não permite perturbação do sossego público. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº34.638. Relatora: Des. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 14/09/98).

INTERDITO PROIBITÓRIO. CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS EM GLEBAS DOS APELANTES.

Apelação Cível. Ação de Interdito Proibitório. Construção de estradas em glebas pertencentes aos apelados. Inconformismo dos apelantes antes da procedência do pedido. Preliminar de deserção, de ofício por falta de pagamento do preparo no momento oportuno. Descumprimento do artigo 511 do Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas pela Lei nº 8.950/94. Recurso não conhecido.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.685. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/09/98).

REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ÁREA DE MARINHA SITUADA NO LITORAL DE PONTA DE PEDRAS. APELAÇÃO. FALTA DE PREPARO. DESERÇÃO.

Apelação Cível. Ação Reintegratória de Posse. Área de Marinha situada no litoral de Ponta de Pedras. Aquisição da posse através de escritura com o devido pagamento do laudêmio no Ministério da Fazenda. Preliminar de ofício de não conhecimento do recurso. Deserção decretada por falta de pagamento do preparo no tempo oportuno. Não cumprimento do prescrito pelo artigo 511 do Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas pela Lei nº8.950/94. Recurso não conhecido devido a deserção.

(Ap.Civ.- PA. Acórdão nº34.687. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/09/98).

AÇÃO POPULAR. LICITAÇÃO. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO NÃO OCASIONOU PREJUÍZO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

Ação Popular. As Preliminares foram rejeitadas. Licitação Pública. Os serviços especificados no edital objetos da licitação não se ajustam com a atividade fim da demanda. Prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, e não provada que a celebração do contrato ocasionou prejuízo ao patrimônio público, é defeso presumir lesão, nesse quadro, o que significaria presumir responsabilidade civil. De outro lado, o questionamento da legalidade do ato, inquinado de nulo pela sentença apelada, não haveria de alterar a conclusão da improcedência da ação, já que esta sofreu o déficit daquele pressuposto necessário. A lesividade ao patrimônio. Recurso provido.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.268. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 27/03/98).

AÇÃO DE DESPEJO. RELAÇÃO LOCATÍCIA E OMISSÃO DO LOCATÁRIO EM PAGAR OS ALUGUÉIS. COMPROVAÇÃO.

Apelação Cível. Ação de Despejo. Art. 9º, inciso III, da Lei 8.245/91. I. Preliminares: 1. Ilegitimidade de parte, inoocorrência face a definição da relação locatícia. Rejeição. 2. Nulidade da sentença. Cerceamento de defesa. Não caracterização. Rejeição. 3. Nulidade de sentença. Inobservância do art.59, § 2º da Lei 8.245/91. Matéria não suscitada no juízo “a quo” e incompatível com a avença entre as partes. Rejeição. II. Mérito: comprovada a relação locatícia entre as partes e a omissão do locatário em pagar os aluguéis do imóvel, procedente resulta o despejo pleiteado. Improvimento.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº34.635. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 27/08/98).

RETRANSMISSÃO DE MÚSICAS. DIREITOS AUTORAIS. INTERDITO PROIBITÓRIO.

A retransmissão de músicas pela rádio e televisão, está sujeita ao pagamento de direitos autorais. A ação própria, para a defesa desse direito, é o interdito proibitório. Apelação provida à unanimidade.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.650. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento:27/08/98).

CHEQUES FURTADOS . POSSE DE TERCEIRO DE BOA FÉ. RESPONSABILIDADE DO EMITENTE.

Execução. Cheques furtados e na posse de terceiro de boa fé. Responsabilidade do emitente. 1. Preliminar de prescrição, para manejo da ação executiva. Inacolhida pelos fundamentos constantes deste acórdão. 2. No caso de cheque furtado, impossibilidade de alegação contra o portador de defesa ou exceção ligada a causa ou à falta de causa, face desconhecimento de qualquer vício ou irregularidade relativa ao título. Responsabilidade pela dívida, do emitente do mesmo. 3. Recurso conhecido mas improvido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.648. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 27/08/98).

AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO. TRANSFERÊNCIA DE TERMINAL TELEFÔNICO SEM AUTORIZAÇÃO DA PROPRIETÁRIA. RETORNO DA CONCESSÃO À LEGÍTIMA PROPRIETÁRIA.

Apelação Cível. Ação Anulatória de Ato Jurídico. Cancelamento. Procedência. I. Preliminares de Incompetência “ racione personae” e Ilegitimidade de Parte, já declarada a exclusão na primeira instância. Rejeitadas à unanimidade. II. Transferência de terminal telefônico, sem autorização da proprietária, deve ser cancelada, retornando a concessão à legítima proprietária. III. Decisão unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº 34.690. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 21/09/98).

AÇÃO DE DISSOLUÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE DE FATO. DESERÇÃO.

Apelação Cível. Ação de Dissolução Judicial de Sociedade de Fato. Preliminar de deserção. a inércia do interessado, deixando de recolher o porte de remessa e de retorno, configura a deserção. Recurso não conhecido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº34.586. Relatora: Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE, Juíza especialmente convocada. Unânime. Julgamento: 11/09/98).

SERVIDOR PÚBLICO. DISPENSA DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO. ARBITRARIEDADE. CARGO SINDICAL.

Reexame de Sentença e Apelação Cível. Mandado de Segurança. A dispensa de servidor público durante o estágio probatório há que ser motivada para que não se torne arbitrária. O exercício de mandato de cargo sindical obsta a exoneração até um ano após o término do mandato, salvo cometimento de falta grave. Caracterizado o abuso de poder e conseqüente desrespeito a direito líquido e certo do impetrante apelado é de ser concedido, como o foi, o mandamus. Decisão homologatória unânime.

(Reex.Sent./Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.717. Relator: Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento:05/08/98).

DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. REAJUSTE PERIÓDICO. INPC.

I.Apelação Cível. Despejo por falta de pagamento c/c cobrança de aluguéis e acessórios. II. Preliminar de incompetência absoluta do juízo. Continência arguida desde a fase instrutória, dada a existência de ação revisional com as mesmas partes e abrangência de objeto, e não apreciada pelo juízo “ad quo”. Rejeição. Impropriedade por tratar-se de regra de simples direção processual. Ademais, revisional já com decisão transitada em julgado. Estéril, por isto qualquer decisão de reunião de processos, sendo prudente, para o juízo da execução, a ciência do julgado evitando-se o “bis in idem”. III. Mérito: 1. Aposto com a inicial recibos que discriminam valores relativos a condomínio e IPTU, tem-se como apresentados os cálculos exigidos por lei. 2. Com relação à cobrança excessiva do aluguel é regra a garantia do reajuste periódico (art.68, §2º da lei locatícia), como definido no contrato, sobre o valor decidido na revisional, “ in casu”, o INPC, ressalvada, quanto à periodicidade, a incidência da medida provisória do plano real. 3. A não complementação do depósito sem a devida cautela recursal que questionasse a atitude da defesa quanto a este e outros argumento, torna suscetível de confirmação o despejo já efetivado.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.748. Relator: Des. STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 21/09/98).

SEGURO DE VIDA. MORTE ACIDENTAL. FALTA DE PAGAMENTO DA 1ª PARCELA. RISCO. RESPONSABILIDADE ELIDIDA PELO FATOR CARÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

I. Civil e Processual Civil. Ordinária visando o resgate de quantia de seguro de vida advinda de morte acidental. Direito negado pela seguradora ao argumento contratual de não ter sido efetivamente paga a 1ª contribuição. Incidência da carência. Juízo “ad quo” que dá procedência o pedido. II. Preliminar do agravo retido nos autos, afastada. Mérito. O risco é da essência dos contratos de seguro, mormente os de seguro de vida. “In casu”, a responsabilidade não pode ser elidida pelo fator carência, regida na espécie contratual com flagrante abusividade, com incidência inclusive da Lei do Consumidor à espécie. Ademais, é jurídico e justo reconhecer que, estabelecido o contrato e decidido o pagamento das contribuições por consignação em folha, que no caso já havia se processado embora não efetivado, sem uma regular reciprocidade face a morte por acidente, impõe-se a responsabilidade pelo pagamento do prêmio.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.343. . Relator: Des. STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 13/04/98).

AÇÃO POPULAR. ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA INADEQUADA AO PRESENTE CASO.

Apelação Cível. Extinção do processo dada a ilegitimidade do Ministério Público em propor Ação Popular. Ação Civil Pública inadequada ao presente caso. Apelo conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.293. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 04/05/98).

MATÉRIA SUSCITADA NO TRIBUNAL. NÃO APRECIÇÃO NA INSTÂNCIA “A QUO”. IMPOSSIBILIDADE DE SER ANALISADA. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.

Matéria suscitada no Tribunal e ausente no Juízo Monocrático, não pode ser apreciada, por ofender o princípio do duplo grau de jurisdição. A Nota Promissória, assinada em branco, pode ser completada pelo credor, até a data da cobrança. Valor do débito devidamente corrigido no decisum, improcede o pedido. Apelação conhecida e improvida.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº34.372. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 23/04/98).

RETRANSMISSÃO DE MÚSICAS PELA RÁDIO E TV. PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS. INTERDITO PROIBITÓRIO.

A retransmissão de músicas pela rádio e televisão está sujeita ao pagamento de direitos autorais. A Ação própria, para a defesa desse direito é o interdito proibitório. Apelação provida à unanimidade.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº34.650. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 27/08/98).

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CANCELAMENTO DO CONTRATO DE CHEQUE ESPECIAL. DANO MATERIAL CARACTERIZADO.

Agravo Retido. Instrumento de Procuração juntada a destempo. Advogado nomeado em audiência. Inexistência de prejuízo às partes. A autora compareceu à audiência acompanhada de advogado ao qual foi outorgado Mandado Verbal, a juntada da procuração a posteriori, não inquina de nulidade o ato, nem enseja a aplicação de penalidade se esse fato não causou prejuízo às partes. Civil. Indenização. Danos material e moral. Cancelamento do contrato de cheque especial após a propositura da ação. Pedido de segunda perícia. Inexistência de recurso. Matéria preclusa. A entidade bancária é responsável por ato de seu funcionário que no desempenho da função causar prejuízo a cliente. Comprovado o dano material, impõe-se a indenização. Ao mesmo modo, caracteriza dano moral o cancelamento do contrato de cheque especial no curso da ação, sem qualquer justificativa plausível. Com relação ao laudo pericial, não havendo recurso contra o mesmo, a matéria está preclusa, dela não se conhece.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.869. Relator: Desa. CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 09/10/98).

ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PERÍCIA MÉDICA. NULIDADE DA SENTENÇA.

Apelação Cível. Acidente de Trabalho. Indenização. Alegação de cegueira devido a solda mecânica. Inexistência de perícia médica para comprovação do alegado. Preliminar de nulidade de sentença. Retorno ao Juízo Singular para realização de exame e nova decisão a ser prolatada.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.870. Relator: Des. CARLOS FERNADO DE SOUZA GONÇALVES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/10/98).

EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DE HIPOTECA SOBRE BEM EXECUTADO.

Apelação Cível. Embargos de Terceiros. I) Preliminares: 1. Nulidade do Processo. Não caracterização. Rejeição. 2. Descumprimento ao art. 1.052 do CPC. Rejeição liminar dos embargos torna prejudicada a aplicação do dispositivo invocado. Rejeição. 3. Inobservância do art. 458 do CPC. Cerceamento de direito de defesa. Não caracterização. Rejeição. II) Mérito: incidindo hipoteca formalizada sobre o bem do executado em favor do exequente, reputa-se ineficaz o instrumento de contrato particular de seu arrendamento em relação ao credor hipotecário. Improvimento.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.857. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 08/10/98).

NÃO PAGAMENTO DO PREÇO. RESCISÃO DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE.

Apelação Cível. Rescisão de compromisso de venda e compra e Reintegração de Posse. Admissibilidade. I. Preliminar de intempestividade do recurso. Rejeitada à unanimidade. II. Preliminar de inépcia da petição do recurso. Rejeitada à unanimidade pelos fundamentos constantes no acórdão. III. Mérito. A inadimplência no pagamento do preço enseja a rescisão do contrato de compromisso de venda e compra e a Reintegração do compromissário vendedor no imóvel. Sentença mantida. IV. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº34.212. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 29/06/98).

IMÓVEL COMERCIAL. RENOVATÓRIA. FALTA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO.

Locação. Imóvel comercial. Renovatória. Requisitos especiais. Lei 8245/91, art. 71, II-Contratos escritos e ininterruptos – prova do exato cumprimento do contrato. 1. A petição inicial da ação renovatória, além dos requisitos exigidos pelo art. 282 do CPC, deve ser instruída com requisitos especiais, art. 71, II, da Lei 8.245/91. 2. Se o lapso de locação verbal entre contratos escritos, por amplo, não se deve permitir a locação. 3. A falta de cumprimento do contrato, acarreta carência de ação. 4. Recurso conhecido, mas improvido.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.858. Relatora: Des. MARIA HELENA D’ALMEIDA FERREIRA. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 15/10/98).

CONSÓRCIO DE AUTOMÓVEIS. DEVOUÇÃO DE PARCELAS PAGAS A MAIS. ALONGAMENTO DO PLANO.

Apelação Cível. Ação Ordinária de Prestação de Fato com Preceito Cominatório c/c Restituição de Indébito. Consórcio de automóveis. Devolução de parcelas pagas a mais com o alongamento do plano de consórcio e os acréscimos legais. Pagas as prestações estipuladas no contrato de Adesão, com prazo determinado e entregue o veículo ao consorciado, extingue-se o contrato. Inadmissível a administradora do consórcio alterar cláusulas contratuais, sem a deliberação da Assembléia Geral dos consorciados. Portaria Ministerial não tem prevalência sobre Lei Federal para alterar o ato jurídico perfeito. Inteligência do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Cabível a correção monetária na forma do estabelecido pela Lei 6.899/81 e os juros somente após a mora da administradora, uma vez encerrado o plano e não devolvidas corretamente as parcelas pagas a mais. Aplica-se a multa em consonância com o valor da causa, não podendo superar o requerido na inicial. Recurso parcialmente provido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº 34.884. Relatora: Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE, Juíza de Direito especialmente convocada. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 16/10/98).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DIREITO OBRIGACIONAL. CRITÉRIO TERRITORIAL.

Conflito de Competência. Critério territorial. A ação fundada em direito obrigacional tem sua competência determinada em razão do território, não podendo ser declinado ex officio pelo Juízo. À unanimidade.

(Confl.Comp. – PA. Acórdão n° 34.692. Relator: Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 16/09/98).

GUARDA DE MENOR. PEDIDO DE FEITO PELOS AVÓS. MÃE BIOLÓGICA SEM CONDIÇÕES PARA MANTER E EDUCAR O FILHO.

Conflito Negativo de Competência. Pedido de Guarda de Menor postulado pelos avós, por não ter a mãe biológica condições para mantê-lo, bem como educá-lo. Hipótese em que não se configura a situação enfocada na lei específica (Lei 8.069/90), por não se tratar de menor abandonado, competência do Juízo da Família. Conflito improvido.

(Confl.Comp. - PA. Acórdão n°34.645. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELO BRANCO DE PAIVA. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 26/11/97).

**EMBARGOS
DECLARATÓRIOS**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIDOS DADO TEREM SIDO OPOSTOS TEMPESTIVAMENTE.

Mérito: deserção dada a alegada intempestividade não reconhecida. Revel comparecente deve ser intimado dos atos processuais. Agravo conhecido e provido para que o juízo monocrático processe o recurso de apelação.

(Emb.Decl. -PA. Acórdão n° 34.262. Relatora: Des. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 29/06/98).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO NOS EMBARGOS AGRAVADOS. EXECUÇÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL.

Garantia do imóvel, pertencente à firma avalista, alegação de falta de citação da firma avalista. Incabimento. Citação do sócio da mesma que assinou pela firma como avalista. Tentativa de rediscussão da matéria julgada. Embargos conhecidos e rejeitados.

(Emb.Decl. -PA. Acórdão n° 34.282. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/06/98).

INVENTÁRIO. QUESTÃO APRECIADA E FUNDAMENTADA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INCABIMENTO.

Embargos de Declaração. Autos de Inventário. Agravo de Instrumento. A questão posta em julgamento foi apreciada, em seu todo, com a devida fundamentação. Não havendo obscuridade, dúvida, contradição, omissão, nem erro material. Recurso não cabível como meio hábil ao Reexame da Causa. Embargos rejeitados.

(Emb.Decl. – PA. Acórdão nº34.734. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 02/10/98).

SEPARAÇÃO JUDICIAL. ALIMENTOS. BLOQUEIO DAS CONTAS BANCÁRIA DO ALIMENTANTE. GARANTIA DO PAGAMENTO. DECISÃO OMISSA QUANTO À SUSTAÇÃO DA EXECUÇÃO.

Embargos de Declaração. Ação de Separação Judicial cumulada com Ação de Alimentos. Alimentos provisórios fixados em 10 salários mínimos e os alimentos definitivos na sentença, em 25. Bloqueio das contas bancárias do alimentante para a garantia do pagamento dos salários fixados na sentença, em grau de execução. Mandado de Segurança, visando o desbloqueio e a sustação da execução dos alimentos fixados na sentença. Concessão da segurança. Acórdão omissivo quanto à sustação da execução. Procedência dos embargos para fazer constar do acórdão, a sustação da execução em relação aos alimentos da sentença enquanto esta não passar em julgado.

(EmbDecl. – PA. Acórdão nº34.887. Relator: Des. NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 13/10/98).

FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM. EXISTÊNCIA DE MOTIVOS SUFICIENTES. NÃO OBRIGATORIEDADE EM RESPONDER A TODOS OS ARGUMENTOS.

Embargos de Declaração. O Julgador, encontrando motivo suficiente para fundamentar sua decisão, não é obrigado a responder a todos os argumentos enumerados pelas partes. Os embargos de declaração não podem sob pretexto de completar ou esclarecer, alterar o que já foi julgado. A matéria enfocada foi apreciada, discutida e julgada à unanimidade de votos, e exaurido tudo aquilo a ser julgado nesta Superior Instância. Embargos rejeitados por improcedentes. Unanimidade de votos.

(EmbDecl. – PA. Acórdão nº34.872. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 16/10/98).

FALTA DE CITAÇÃO. NULIDADE ABSOLUTA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO.

Embargos de Declaração. Autos de execução. Agravo de Instrumento. 1. A falta de citação é nulidade absoluta por contrariar norma cogente, de ordem pública. 2. O efeito suspensivo atribuído a agravo é legal e fundamenta-se nos arts. 527 e 558 do CPC, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei 9.139, de 30.11.95. 3. Existência de legítimo interesse econômico de ser citado o avalista, posto que, sendo co-obrigado, na forma da lei, é também devedor. A questão posta em julgamento foi apreciada, em seu todo, não havendo omissão, obscuridade ou contradição. Pretendendo o agravado a modificação total do julgado, e não apenas suprir omissões, obscuridade, ou contradições, não há que ser acolhido os embargos de declaração, recurso incabível ao reexame da causa. Autos de execução que devem ser desamparados e remetidos ao Juízo de origem. Embargos rejeitados.

(EmbDecl. – PA. Acórdão nº34.881. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 23/10/98).

EMBARGOS INFRINGENTES

EMBARGOS INFRINGENTES. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS.

Embargos Infringentes. Ação Ordinária de Cobrança. Acórdão nº26.847. decisão não unânime. Matéria de Ordem Pública. Art. 267, III do CPC. 1. Ao efetuar o julgamento dos embargos infringentes, o tribunal “deve apreciar as preliminares. Tratando-se de questão de ordem pública, a ausência de documentos essenciais à propositura da ação, acarreta a extinção da ação, art. 267,III do CPC. 3. Embargos acolhidos, para modificar o acórdão embargado, extinguindo ação na forma do art. 267, III do CPC.

(Emb. Infr. – PA. Acórdão nº34.413. Relatora: Desa. MARIA HELENA D’ALMEIDA FERREIRA. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento. 18/08/98).

EMBARGOS INFRINGENTES. EXECUÇÃO DE ALUGUÉIS. PENHORA DE BENS PERTENCENTES A FIADORES. IMPENHORABILIDADE DOS BENS POR PERTENCER A TERCEIROS E SER BEM DE FAMÍLIA.

Embargos à execução improcedentes. Apelação interposta. Sentença do Juízo monocrático mantida por maioria de votos. Interposição de embargos infringentes. Aplicação do Art. 530 do CPCB. I- Preliminar de deserção do recurso por falta de devido preparo. Questão de ordem pública. Acolhida. Apelo deserto na forma do Art. 511 do CPCB. II- Recurso não conhecido.

(Emb.Infr. - PA. Acórdão nº 34.303. Relator: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 04/08/98).

EMBARGOS INFRINGENTES. PREPARO. OBRIGATORIEDADE PREVISTA NO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL.

Direito Processual Civil. Preliminar. Nos Embargos Infingentes impõe-se o preparo do recurso, exigência do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

(Emb.Infr. – PA. Acórdão nº34.868. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza de Direito especialmente convocada. Câmaras Cíveis Reunidas. Por maioria. Julgamento: 13/10/98).

MANDADO DE SEGURANÇA

MANDADO DE SEGURANÇA. INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO NO QUADRO DE OFICIAIS COMBATENTES DA POLÍCIA MILITAR.

Limite entre 18 a 25 anos. Já havendo sido concluído o concurso, ao qual o impetrante de 26 anos pleiteava a sua inscrição, julga-se o processo extinto, pela perda de objeto. Processo extinto sem julgamento do Mérito.

(M.S.-PA. Acórdão nº 34.361. Relator: Des. NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM. Câmaras Cíveis Reunidas. Por Maioria. Julgamento: 12/05/98).

MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES UNANIMEMENTE REJEITADAS. OPÇÃO. LEI Nº 5.020/82.

Preliminar de decadência - prestações de trato sucessivo - rejeitada à unanimidade. Preliminar de impossibilidade do “Writ” como meio de cobrança - reconhecimento de direito - rejeitada à unanimidade. Mérito: servidor que, no exercício do cargo, fez opção prevista no Art. 8º da Lei 5.020/82 - Proventos de 100% sobre o valor de 80% a título de representação. Segurança denegada.

(M.S.-PA. Acórdão nº 34.368. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 12/08/98).

CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIA DA IDADE MÁXIMA DE 25 ANOS. MANDADO DE SEGURANÇA. INSCRIÇÃO CONSUMADA. PERDA DE OBJETO.

Perde o objeto o mandamus interposto contra comandante da Polícia Militar que instituiu o edital de concurso que exige a idade máxima de 25 anos, para o quadro de combatentes da Polícia Militar, quando a inscrição já se consumou. Mandado de Segurança não conhecido. À unanimidade.

(M.S. – PA. Acórdão nº34.414. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 28/08/98);

LICENÇA ESPECIAL. CONVERSÃO. MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO O RECONHECIMENTO DO DIREITO EM RECEBER A IMPORTÂNCIA DEVIDA.

O impetrante não está cobrando a importância devida com a conversão da licença especial em espécie, o objetivo do requerente é ver reconhecido o seu direito em receber, como prevê o art.99, item II, do R.J.U. Decisão unânime. Reconhecido o direito do requerente em ver reunido aos seus proventos o último triênio de licença-prêmio não gozada. Decisão unânime.

(M.S. – PA. Acórdão Nº34.418. Relatora Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento:18/08/98).

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ. CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO MASCULINO DA POLÍCIA MILITAR/97.

I- Preliminar de Decadência. Rejeitada , à unanimidade, pelos fundamentos constantes no aresto. II- Mérito: teste psicotécnico, realizado em moldes nitidamente subjetivos e antes do estágio probatório. Ilegalidade de sua aplicação, ensejando o remédio heróico. Segurança concedida.

(M.S. - PA. Acórdão nº 34.302. Relator: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 04/08/98)

APOSENTADORIA. NÃO APLICAÇÃO DO REDUTOR CONSTITUCIONAL. EXCLUSÃO DE VANTAGENS.

Mandado de Segurança. Pretensão de assegurar direito de não aplicação do redutor constitucional aos proventos de aposentadoria. Teto constitucional. exclusão das vantagens de natureza constitucional. 1. Preliminar - da impossibilidade de utilização do “writ” como meio de cobrança - aplicação da súmula 269 do Supremo Tribunal Federal. Inacolhida pelos fundamentos constantes deste acórdão. 2. É inquestionável que nenhum servidor público vinculado ao poder executivo estadual poderá receber estipêndio que supere os valores pecuniários percebidos, a qualquer título, como remuneração, por Secretário de Estado, limitação constitucional esta, que resulta de norma impositiva consubstanciada no art. 37, XI, da Carta Política. 3. Excluem-se, no entanto, da composição desse teto constitucional as vantagens de caráter individual ou aquelas relativas à natureza ou local de trabalho por traduzirem benefícios pessoais de cada servidor público, durante o itinerário do exercício do cargo. 4. Recurso conhecido e provido.

(M.S. - PA. Acórdão nº 34.591. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 01/09/98)

COMPATIBILIDADE COM AS HIPÓTESE PREVISTAS EM LEI. POSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS.

Mandado de Segurança. Preliminar de Ilegitimidade Passiva “ad causam”. A Secretária de Estado de Administração coordena sob a responsabilidade de seu titular a política administrativa do governo estadual de acordo com o organograma previamente aprovado pelo Chefe do Poder Executivo. Preliminar unanimemente rejeitada. Mérito. É possível a acumulação de cargos se compatível com as hipóteses permissíveis por lei. Direito líquido e certo reconhecido à unanimidade de votos. Segurança concedida unanimemente.

(M.S. - PA. Acórdão nº34.597. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 25/08/98)

ATIVIDADE NA INICIATIVA PRIVADA E NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APOSENTADORIA. PRESSUPOSTOS LEGAIS NÃO SATISFEITOS.

Mandado de Segurança. Aposentadoria por tempo de serviço. Atividade na iniciativa privada e na administração pública. Possibilidade, desde que satisfeitos os pressupostos legais. Não exercendo o impetrante cargo de provimento efetivo e tendo ocupado cargos em comissão por tempo aquém de cinco (05) anos consecutivos e tampouco por dez (10) anos alternados, não faz jus à aposentadoria, ex-vi do artigo 37, V da Constituição Federal, c/c o artigo 114, § 1º da Lei Estadual 5.810/94. Preliminar de Inexistência do ato omissivo e de direito líquido e certo, rejeitadas. Mandado de Segurança denegado.

(M.S. - PA. Acórdão nº34.599. Relator: Des. NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 08/09/98).

PENSÃO ALIMENTÍCIA. BLOQUEIO DAS CONTAS. MEDIDA DESNECESSÁRIAE ARBITRÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. INCABIMENTO.

Mandado de Segurança. Pensão Alimentícia fixada na sentença definitiva em 25 salários mínimos. Apelação recebida somente no efeito devolutivo em relação aos alimentos; pedido de redução de pensão; sustação da execução da sentença e recebimento da apelação em ambos os efeitos. na sua totalidade. Concessão da segurança para o só efeito de sustar o bloqueio das contas do impetrante, por se constitui medida desnecessária e arbitrária. indeferimento das demais pretensões do impetrante: quanto ao efeito também suspensivo em relação aos alimentos, por contrariar o artigo 14 da Lei de Alimentos (5.478/68) e às demais por serem incabíveis em sede de Mandado de Segurança.

(M.S. - PA. Acórdão nº34.600. Relator: Des. NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 18/08/98).

TÉCNICOS LEGISLATIVOS. ISONOMIA COM O CARGO DE ASSESSOR TÉCNICO. DECRETO LEGISLATIVO Nº70/90.

I. Mandado de Segurança. Técnicos Legislativos da Assembléia Legislativa Estadual. Isonomia com o cargo de Assessor Técnico do mesmo poder. CF/88 art. 39, §1º. Decreto Legislativo nº70/90. Pedido negado na via administrativa. II. Preliminar de Decadência do “Mandamus”, rejeitada. Reconhecimento de que o prazo só começa a fluir quando o ato se torna apto a produzir efeito consoante entendimento jurisprudencial que vem se firmando nos tribunais “in casu”, desde a ciência do indeferimento do pedido na esfera administrativa. Mérito. O Decreto Legislativo nº70/90 que organizou o Plano de Cargos e Salários no Legislativo Estadual, estabelecendo relação de similitude genérica entre os cargos de Técnico Legislativo e Assessor Técnico, incorreu na isonomia formal, advindo daí, necessariamente, a isonomia material a impor os mesmos níveis remuneratórios.

(M.S. - PA. Acórdão nº34.596. Relator: Des. STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 26/08/98).

VENCIMENTOS DE FUNCIONÁRIO. COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA PARA CORRIGIR DISTORÇÃO. TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR. DIREITO DE ISONOMIA.

Mandado de Segurança. Preliminar de Ilegitimidade Passiva da Parte.. Inexistência. Secretário de Estado de Saúde Pública é autoridade competente para corrigir distorção no pagamento de vencimentos dos funcionários de sua secretaria. Rejeitada à unanimidade. Preliminar de coisa julgada. Alegada e não comprovada deve ser desacolhida. Rejeitada à unanimidade. Preliminar de Decadência: sobre prestações de trato sucessivo não incide a decadência. Rejeitada à unanimidade. Preliminar de Prescrição. Prazo prescricional não esgotado. Rejeitada à unanimidade. Mérito: Técnicos de Nível Superior exercendo atribuições assemelhadas devem perceber iguais vencimentos. Direito a isonomia reconhecido. Segurança concedida. Decisão unânime.

(M.S. - PA. Acórdão nº 34.598. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 08/09/98).

ATO DO CHEFE DA CASA CIVIL. INCOMPETÊNCIA DO ÓRGÃO ESPECIAL PARA JULGAMENTO.

Incompetência do Órgão Especial. Ato do Chefe da Casa Civil. O Órgão Especial é incompetente para julgamento do Chefe da Casa Civil do Estado. Competência das Câmaras Cíveis Reunidas, ex vi art. 25, inciso I, alínea “a” do RITJ. À unanimidade .

(M.S. – PA. Acórdão nº34.723. Relator: Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 29/09/98).

MANDADO DE SEGURANÇA. A IMPETRAÇÃO OBSERVOU O PRAZO DO ART. 18 DA LEI Nº 1.533/51; REJEITA-SE A PRELIMINAR DE DECADÊNCIA. O ATO CONSIDERADO VIOLADOR DO DIREITO DO IMPETRANTE FOI DA LAVRA DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, É PARTE ILEGÍTIMA PARA FUNCIONAR NO PÓLO PASSIVO.

O processo administrativo em sua portaria vestibular, apesar de não ser minuciosa, aponta os fatos apurados. O feito observou o contraditório e os seus membros eram hierarquicamente superior ao processado. Compete ao presidente da comissão processante, avaliar os pedidos de reinquirição de testemunhas, quando não trazem nenhum benefício para o processo, os indefere. Segurança concedida.

(M.S.-PA. Acórdão nº 34.481. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 26/08/98)

CARGO COMISSIONADO. INCORPORAÇÃO DE ADICIONAL. DIREITO RECONHECIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI 5.810/94.

Funcionário Público. Adicional incidente sobre cargo comissionado. Vigência das Leis Estaduais números 5.207/84 e 5.810/94. Incorporação. Direito reconhecido sob a vigência da Lei 5.810/94. Preliminares de Decadência do Direito de Ação, de Ilegitimidade Passiva Ad Causam e de Falta de Pressupostos rejeitadas. Comprovado que o exercício do cargo comissionado estava amparado pela Lei Estadual número 5.207/84, substituída pela Lei Estadual número 5.810/94, em cuja vigência se deu a desinvestidura do cargo, reconhece-se o direito da impetrante de incorporar a gratificação adicional sobre cargo comissionado no percentual de 30% (trinta por cento), uma vez que já percebe o equivalente de 10% (dez por cento), reconhecido na via administrativa. Segurança concedida.

(M.S. - PA. Acórdão nº34.595. Relatora: Desa. CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 24/06/98).

POLÍCIA MILITAR. PROMOÇÃO AO CARGO DE CORONEL. CRITÉRIO DE MERECIMENTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONDICIONADO A INCLUSÃO DO NOME POR DUAS VEZES CONSECUTIVAS EM PRIMEIRO LUGAR.

Mandado de Segurança. Promoção ao cargo de Coronel/PM. Promoção pelo critério de merecimento. Candidato figurando em 3º lugar, preterido por outro constante de classificação mais baixa. Ilegalidade. Inocorrência. Somente tem direito líquido e certo a ser promovido ao posto de coronel/PM, quem por duas vezes consecutivas figurar na lista em 1º lugar, “ex vi” dos artigos 5º, alínea “c”, da Lei 5.249/85 e 60 e 62, do decreto 4.244/86. Mandado de Segurança denegado.

(M.S. – PA. Acórdão nº34.893. Relator: Des. NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 14/10/98).

POLÍCIA MILITAR. CONCURSO PARA ADMISSÃO DE OFICIAIS. LIMITAÇÃO DE IDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

Mandado de Segurança. Inexistência de direito líquido e certo. Limitação de idade em edital para inscrição em concurso para admissão no curso de formação de Oficiais da Polícia Militar. Admissibilidade. Segurança denegada. Decisão unânime.

(M.S. – PA. Acórdão nº34.359. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 04/08/98).

POLÍCIA MILITAR. CONCURSO PARA ADMISSÃO DE OFICIAIS. LIMITAÇÃO DE IDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

Mandado de Segurança. Inexistência de direito líquido e certo. Limitação de idade em edital para inscrição em concurso para admissão no curso de formação de Oficiais da Polícia Militar. Admissibilidade. Segurança denegada. Decisão unânime.

(M.S. – PA. Acórdão nº34.359. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 04/08/98).

REDUTOR CONSTITUCIONAL. VANTAGENS PESSOAIS OU INDIVIDUAIS. INAPLICABILIDADE.

Mandado de Segurança. Administrativo. Redutor constitucional. Inaplicabilidade nas chamadas vantagens pessoais ou individuais. I. Comprovação pelo impetrante, da inclusão das parcelas relativas às suas vantagens pessoais, para fim de comparação com teto constitucional. Segurança concedida à unanimidade.

(M.S. - PA. Acórdão nº34.412. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 18/08/98).

REEXAME DE SENTENÇA

REEXAME DE SENTENÇA. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA CONTRA O MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA. CRÉDITOS ORIUNDOS DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CHAMAMENTO REGULAR À LIDE. RENÚNCIA À DEFESA. REVELIA.

Dá-se os efeitos da revelia quando a parte, devidamente citada, não produz a contestação e sob nenhuma outra forma se apresenta à lide, que ademais, pelas provas produzidas pelo requerente, apresenta-se apta a entender-se procedente o pedido.

(Reex. Sent.-PA. Acórdão nº 34.344. Relator: Des. STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 10/08/98).

REEXAME DE SENTENÇA. DIREITO DE DEFESA. PROCESSO ADMINISTRATIVO.

É garantia constitucional o direito ao contraditório em processo de qualquer natureza, sendo uma das características da cidadania. Recurso conhecido e provido.

(Reex. Sent.-PA. Acórdão nº 34.376. Relatora: Desa. LÚCIA DE CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 26/06/98).

COBRANÇA. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO. IRREGULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA.

Ação Ordinária de Cobrança. Reexame de Sentença. Ausência de Licitação. Obrigatoriedade prevista no art. 14, da Lei 5.416/87. Causa alheia à vontade do vendedor. Irregularidades causadas pela própria Administração Pública, a quem incumbe a obrigação de promover a aludida licitação. Ato administrativo que produziu seus jurídicos e legais efeitos de compra e venda, resultando na obrigação do Estado de efetuar a devida contraprestação, que é o pagamento. O não pagamento pelo Estado constituir-se-á em enriquecimento ilícito, que contraria o princípio da moralidade administrativa, princípio constitucional emanado no art. 37 da CF/88. Outrossim, segundo inteligência do art. 243, do CPC, a nulidade argüida pela administração não pode lhe aproveitar, porque foi esta quem lhe deu causa. Recurso conhecido, mas não provido. Sentença mantida. Decisão unânime.

(Reex.Sent./Ap.Civ. – PA. Acórdão nº34.718. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento:26/06/98).

DESCONTO EM FOLHA. RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FINANCEIRA.

Reexame obrigatório. Contribuição social sobre a folha de salários para financiar a seguridade social. A indevida e ilegal retenção das contribuições sociais destinadas à entidade previdenciária do município para financiar os benefícios e serviços previdenciários, obtidas mediante desconto em folha de pagamento dos servidores destinatários se constituiu, a um só tempo, em afronta ao direito líquido e certo do impetrante e ao Princípio da Solidariedade Financeira erigido constitucionalmente. Recurso ex-officio improvido.

(Reex.Sent. PA. Acórdão nº34.267. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELO BRANCO DE PAIVA. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 27/03/98).

PAGAMENTO DE DIFERENÇA DE REPASSES DE DUODÉCIMOS. PODER LEGISLATIVO. RESTOS A PAGAR.

Reexame de Sentença. Apelação Cível e Recurso Adesivo. Mandado de Segurança objetivando o pagamento das diferenças de repasses dos duodécimos relativos aos meses de dezembro/96, janeiro/fevereiro/97, e integral do mês de março/97, nos níveis da Lei Orçamentária. Procedência em parte do pedido. Recurso de apelação e adesivo interpostos. 1. Preliminares suscitadas – intempestividade do recurso de apelação e do recurso adesivo. Inacolhidas pelos fundamentos constantes deste acórdão. 2. Diante dos dispositivos legais atinentes à matéria e citados nos autos, verifica-se que o repasse dos duodécimos imprescindíveis ao funcionamento do Poder Legislativo, constitui preceito de observância imposterável. 3. As despesas empenhadas segundo a lei orçamentária, e não pagas até 31 de dezembro, são classificadas em “restos a pagar”, devendo serem liquidadas no ano seguinte. Não há falar por conseguinte em carência de ação. 4. Quanto aos royalties, assunto objeto da apelação adesiva, os mesmos não devem ser incluídos no cálculo de repasse do duodécimo à câmara municipal, por não serem destinados às despesas que o Poder Legislativo efetua. Tem um fim específico previsto na Legislação Federal. 5. Sentença reexaminada mantida e improvemento dos recursos voluntários. Decisão unânime.

(Ap.Civ./Reex.Sent. – PA. Acórdão nº34.856. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 15/10/98).

**PENAL E PROCESSUAL
PENAL**

AÇÃO PENAL

CRIME DE RESPONSABILIDADE. REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS SEM CONCORRÊNCIA OU COLETA DE PREÇOS.

Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, dar aplicação de recursos recebidos. Ausência, porém, de dolo. Absolvição.

(A Penal - PA. Acórdão nº 34.269. Relatora: Des. YVONNE SANTIAGO MARINHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 29/06/98).

CRIME DE RESPONSABILIDADE DE EX-PREFEITA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. DENÚNCIA RECEBIDA.

Ação Penal. Crime de Responsabilidade de ex-prefeita. Preliminares: 1. Falta de amparo legal. Rejeitada por ausência de fundamentação jurídica. 2. Suspensão do processo penal em razão de processo civil. Não conhecida. É incabível a suspensão de processo penal, quando o processo civil ainda não atingiu a fase determinada por lei. 3. Impossibilidade de fiscalização de notas fiscais. Rejeitada. O dever de cuidado integra a tipicidade do delito. 4. Prescrição dos delitos estabelecidos no art. 1º, incisos IV, V, XI do Decreto-lei nº201/67. Acolhida. Ocorrendo o prazo determinado em lei para tramitação da ação penal, perde esta a sua função jurisdicional. Mérito: falta de justa causa. Proveniente das duas primeiras preliminares. Existindo fortes indícios da materialidade e autoria delituosa, deve a denúncia ser recebida. Afastada a possibilidade da decretação da prisão preventiva. Denúncia recebida. Decisão unânime.

(A.Penal – PA. Acórdão nº34.646. Relatora: Des. LÚCIA CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 18/05/98).

CRIME DE RESPONSABILIDADE. AÇÃO PENAL. EXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA.

Ação Penal . Crime de Responsabilidade – demonstrado que a denúncia preenche os requisitos do artigo 41 do CPP, conclui-se pela existência de justa causa para a ação penal, impondo-se o recebimento da denúncia. Decisão unânime.

(A.Penal – PA. Acórdão nº34.867. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 05/10/98).

EX-PREFEITO. AÇÃO PENAL. CRIME EM TESE. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.

Ação Penal contra ex-Prefeito em plena consonância com o art.41 do C.P.P. estando os fatos tipificados no Decreto Lei nº201/67, constituindo-se crime em tese, e estando a mesma formalmente perfeita, impõe-se o recebimento da peça exordial para processamento criminal do denunciado. Inocorrência das hipóteses da prisão preventiva.

(A.Penal. – PA. Acórdão nº34.773. . Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 28/09/98).

CRIME DE RESPONSABILIDADE. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS FORMAIS. DENÚNCIA RECEBIDA.

Ação Penal. Crime de Responsabilidade de Prefeito. Existindo os elementos formais e indispensáveis do art. 41 do código de Processo Penal, deve a denúncia ser recebida. Denúncia recebida. Decisão unânime.

(A.Penal. - PA. Acórdão nº34.741. Relatora: Desa. LÚCIA DE CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 31/08/98).

A G R A V O

AGRAVO. CRIME PREVISTO NO ART. 213 C/C ART. 224, "A" DO CPB.

Interposição contra decisão que indeferiu pedido de progressão de regime com fundamento no Art. 112 - LEP - Crime considerado hediondo pela Lei 8.072/90. Inadmissibilidade. Agravo improvido.

(Ag. Exec. Penal-PA. Acórdão nº 34.306. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 04/08/98).

RECURSO DE AGRAVO COM FUNDAMENTAÇÃO NO ART. 197 DA LEI DAS EXECUÇÕES PENAIS.

Tendo o apenado cumprido um sexto da pena e com parecer técnico emitido em seu prol (ex-vi do Art. 112 e § único da LEP) e sendo a Lei 9.455/97, quanto à execução da pena, mais favorável do que a de crimes hediondos, conhece-se do recurso e dá-se-lhe provimento, aplicando-se, in casu, por extensão, a regra do § 7º do Art. 1º da referenciada lei, para conceder-se ao apenado-agravante a progressão de regime pleiteada.

(Ag.-PA. Acórdão nº 34.379. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Por Maioria. Julgamento: 14/08/98).

APELAÇÃO

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E LESÕES CORPORAIS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE.

A legitimidade do assistente de acusação para interpor recursos, só será admitida quando ocorrer omissão por parte do Ministério Público. Mérito: considerando a análise dos elementos judiciais, fica evidenciado o erro na fixação da pena, impondo-se sua modificação. Recurso conhecido e provido.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº 34.353. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 30/06/98).

LEGÍTIMA DEFESA. FALTA DE ATUALIDADE. AÇÃO DE VINGANÇA.

Apelação Penal : infringência ao art. 129, § 2º, inciso IV do CPB. Alegação não configurada, ante a inexistência dos pressupostos ínsitos no art. 25 do CPB. A legítima defesa, não se compatibiliza com entendimento anterior ainda que injusto. Falta de atualidade evidenciando ação de vingança por fatos verificados anteriormente. Prova dos autos demonstradora da culpabilidade do acusado, sendo que a decisão do Juízo “a quo” que absolveu o réu, não se coaduna com as referidas provas, merecendo ser reformada. Condenando-se o réu a pena base de 03 (três) anos, que reduzida de 1/3, pelos bons antecedentes, fica estabelecida a pena definitiva em 02 (dois) anos, em regime semi-aberto, ficando desse modo retificada a pena constante das notas taquigráficas. Recurso conhecido e provido. Decisão por maioria.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº34.424. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 04/06/98).

RECURSOS DE APELAÇÃO. COMUNICABILIDADE ENTRE AS TESTEMUNHAS, INOCORRÊNCIA CONFORME A ATA DO JULGAMENTO. DA MESMA FORMA, INEXISTENTE CERCEAMENTO DE DEFESA.

Irrelevância da falta de prequestionamento referente à circunstância especial, valor moral, do homicídio privilegiado, após a negativa do valor social, do mesmo instituto penal. Carência de incongruência entre a negativa do citado valor social e a resposta afirmativa às atenuantes genéricas, do valor social ou moral, sem a imediatidade da influência emocional, por injusta provocação da vítima. “Por motivo de valor moral, o projeto entende significar o motivo que em si mesmo é aprovado pela moral prática, como por exemplo, a compaixão entre o irremediável sofrimento da vítima (caso de homicídio eutanásico)”.(TJSP AC RJTGSP 41-246). Quesito prejudicado por não coadunar-se com o caso. Recurso conhecido e improvido.

(Ap.Crim.-PA. Acórdão nº 34.271. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 14/05/98)

RECURSOS DE APELAÇÃO INTERPOSTOS PELO SR. PROMOTOR DE JUSTIÇA E PELO RÉU. DESCLASSIFICAÇÃO PELO JÚRI DO CRIME DE HOMICÍDIO PRIVILEGIADO.

Decisão frontalmente contrária à prova dos autos. Pretensão do citado réu, de abrandamento da pena aplicada. Inocorrência da excludente penal de legítima defesa. De outra parte, inexistem, no caso, as circunstâncias especiais do homicídio de pena mitigada. Recurso do Ministério Público, conhecido e provido para anular a decisão do Júri, devendo o mesmo réu, ser conduzido a outro julgamento. Recurso do réu, enfocado, conhecido e improvido.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº 34.272. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 14/05/98).

JULGAMENTO POPULAR. VIOLENTA EMOÇÃO NÃO CARACTERIZADA. APLICAÇÃO DA PENA BEM DOSIMETRADA. DECISÃO MANTIDA.

Apelação Penal. Fundamentos: 01. Nulidade do Julgamento por terem os jurados decidido manifestamente contra a prova dos autos. 02. Erro no tocante a aplicação da pena. Ambos resultam descaracterizados. O primeiro, porque foi motivado no alegado homicídio privilegiado e este somente pode ser reconhecido, se cometido logo em seguida a injusta provocação da vítima, e, o réu ao saber de um desentendimento desta com a mulher, tarde da noite foi à sua residência e, ao depará-la de inopino, prostou-a sem vida, cedendo, pois, lugar à colera, a qual não se confunde com a atenuante da violenta emoção, que por sua vez é incompatível com a surpresa. O segundo, por ter sido bem dosimetrada a pena aplicada, que sofreu redução de um terço pela atenuante do art. 65, inciso III, alínea “d”, do Código Penal. Recurso conhecido e improvido à unanimidade. Decisum de 1º grau mantido.

(Ap.Penal – PA. Acórdão nº34.491. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 28/08/98).

PROVA TESTEMUNHAL DUVIDOSA. INEXISTÊNCIA DE PROVA MATERIAL. EXAME PERICIAL IMPRESCINDÍVEL.

Apelação Penal. Inexistência de prova material. Sentença condenatória baseada em prova testemunhal duvidosa. A prova material do crime se faz com o exame do corpo de delito, sendo imprescindível que se faça o exame pericial no local onde ocorreu o fato, a fim de que fique provada a ação delituosa, pela existência incontestada do crime. Por outro lado, se a prova testemunhal não é idônea para suprir a ausência da prova da existência do crime, não há como se admitir um juízo condenatório, ainda que se invoque o Princípio do Livre Convencimento. Recurso conhecido e provido por unanimidade.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº34.555. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento 13/08/98).

RECURSO DE APELAÇÃO. CRIME DE LATROCÍNIO, DESCRITO NO ART. 157, § 3º DO CPB. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, POR NÃO CONSIDERAR A MMA. PROLATORA, O PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE CRIME, PARA O DE HOMICÍDIO SIMPLES. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRELIMINARES REJEITADAS UNANIMEMENTE.

No Mérito, está caracterizado o crime de latrocínio, ainda conforme a súmula nº 610 do egrégio STF, que não requer a subtração efetiva de bem móvel pertencente à vítima, para tipificar aquela infração. Provada está a co-autoria por parte dos recorrentes. No concernente a outro apelante, apesar de delação isolada, o seu comportamento, não concorreu para a formação, ou para a execução do delito, conforme o material probatório constante dos autos. Provido o recurso do apelante para absolvê-lo por insuficiência de provas. Não provido o recurso dos outros apelantes, mantendo-se a condenação dos mesmos.

(Ap.Crim. -PA. Acórdão nº 34.554. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 20/08/98).

CRIME DE ESTUPRO. VIOLÊNCIA PRESUMIDA. LIBERAÇÃO DOS COSTUMES SEXUAIS. EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA.

Apelação Penal. Estupro. Violência presumida. O tema jurídico da violência presumida deve ser visto com certa cautela, quando já existe a liberação dos costumes sexuais, face à evolução da sociedade moderna. Recurso conhecido e provido. Decisão por maioria.

(Ap.Penal. – PA. Acórdão nº 34.668. Relatora: Desa. LÚCIA CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ 3ª Câmara Criminal Isolada. Por maioria. Julgamento: 11/09/98).

CRIME COM DUAS VERSÕES. JULGAMENTO POPULAR. DECISÃO FAVORÁVEL AO RÉU. SOBERANIA DO JÚRI.

Recurso de Apelação. existindo duas versões acerca do crime: uma de que a vítima suicidara-se, esteada na versão do réu e, a outra, apoiada no depoimento de uma testemunha que não sendo visual, ouvira apenas uma discussão entre ambos, seguida de um tiro e pedido de socorro. Acolhendo o Júri a do suicídio por entendê-lo mais verossímil, não decidiu contra à evidência da prova, pois, admitir-se ao contrário, estar-se-ia, in casu, desrespeitando à soberania de seus julgamentos. Conhecido o recurso, porém, à unanimidade, improvido. Decisum do Conselho de Sentença mantido in totum.

(Ap. Crim. - PA. Acórdão nº34.594. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 11/09/98).

CRIME DE VIOLAÇÃO DE MARCA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA. CONCORRÊNCIA DESLEAL. DOLO NÃO CONFIRADO.

Apelação Criminal. Crime de Violação de Marca de Comércio e Indústria. Concorrência desleal. Dolo não configurado. Sociedade educacional sem fim lucrativo. Descaracterização do tipo penal. I. É evidente a incompatibilidade jurídico-factual entre o delito tipificado no artigo invocado (175, I, do Dec-Lei 7.903/45) e o caso concreto, eis que a querelante não exerce atividades comerciais ou industriais. Por outro lado, pouco importa se os querelados exercem, ou não atividades comerciais, se não houve violação de direito de marca de comércio ou de indústria. II. É inadmissível, imputar aos querelados a prática da condita delituosa descrita na exordial, pois não houve nem caracterização de meio fraudulento, tampouco, de desvio de clientela de outrem. Inexistência de Crime de Concorrência desleal

(Ap. Crim. - PA. Acórdão nº34.217. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 25/06/98).

FALTA DE CITAÇÃO. SENTENÇA FUNDAMENTADA NAS DECLARAÇÕES DE POLICIAIS. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL DO RÉU.

Apelação Criminal. Nulidade: Falta de Citação. Sentença: fundamentada nas declarações de policiais e confissão extrajudicial do réu. 1. Preliminar de nulidade relativa arguida após o prazo estabelecido no art. 500 do CPP, não pode ser conhecida, eis que resulta sanada, segundo inteligência do art. 572, do mesmo diploma legal. 2. A Jurisprudência pátria vem orientando reiteradamente que a confissão feita na polícia e não ratificada em juízo deve ser analisada mediante o somatório das demais provas existentes nos autos. Isto porque a retratação isolada não favorece o acusado, impondo-se a condenação quando não amparada em outros elementos de provas. Apelo improvido por unanimidade.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº34.192. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento:21/05/98).

AUSÊNCIA DE QUESITO OBRIGATÓRIO. NULIDADE ABSOLUTA DO JULGAMENTO.

Apelação Penal. Conhece-se e acolhe-se a preliminar de nulidade do julgamento por ausência do quesito obrigatório que invertido resultou prejudicado, juntamente com o subsequente, causando nulidade absoluta, portanto impreclusível, devendo por conseguinte outro realizar-se, ao qual será novamente submetido o réu. Decisão por maioria de votos.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº34.863. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª Câmara Cível Isolada. Por maioria. Julgamento: 21/08/98).

RELATÓRIO COM CLARA EXPOSIÇÃO DE FATOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE

Apelação Criminal. Arguição de nulidade da sentença por desobediência ao disposto no artigo 381, inciso III, do CPB. Recurso conhecido e improvido. A sentença recorrida não merece ser fulminada com uma nulidade, uma vez que o relatório faz parte da sentença e acha-se na decisão recorrida com clara exposição de fatos e dos motivos que levaram o doutor Juiz ao seu convencimento e decisão. Unânime.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº34.775. Relator: Des. ARY DA MOTTA SILVEIRA. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 29/09/98).

DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE DO APELANTE.

Apelação Penal. Alegação de decisão do Conselho de Sentença contrária à prova dos autos. Postulação para que o acusado seja submetido a novo julgamento. Infração ao art. 121 do CPB. Desclassificação para homicídio privilegiado desconsiderada. Conjunto de provas carreadas para o bojo do processo, desmente a alegação do apelante, de que a decisão contrariou as provas dos autos. Correta e inafastável a decisão do conselho de sentença que reconheceu a responsabilidade do apelante, pelo delito que o condenou. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ap.Penal. – PA. Acórdão nº34.878. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 15/10/98).

MAUS ANTECEDENTES NÃO COMPROVADOS. CONDUTA SOCIAL. APRECIÇÃO COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL AUTÔNOMA.

Apelação Penal. Alegação de que a sentença desconsiderou os antecedentes disciplinados no art. 59 do CPB, elementos relevantes para a fixação da pena base. Legítima Defesa Putativa não caracterizada. Circunstâncias judiciais previstas no precitado artigo 59 do CPB, corretamente aplicadas pelo Douto Magistrado sentenciante. Maus antecedentes do acusado não comprovados nos autos. Conduta social do réu deve ser apreciada como circunstância judicial autônoma a teor do dispositivo legal disciplinador. Jurisprudência de nossos Tribunais nesse sentido. Manutenção da decisão do Juízo “a quo” que se impõe. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ap.Penal. - PA. Acórdão nº34.737. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 03/09/98).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

**PROMOTORES DE JUSTIÇA DECLINAM DE CONHECER DO FATO CRIMINOSO.
CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES.**

Conflito de Competência. Inexistência. Denúncia não oferecida. Promotores de Justiça declinam de conhecer do fato criminoso. Conflito de Atribuições. Preliminar do não conhecimento. Retorno dos autos ao MM. Juízo suscitado. Encaminhamento ao E. Procurador Geral de Justiça. Votação unânime.

(Confl.Comp. Penal – PA. Acórdão nº34.691. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 30/09/97).

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO DA CAPITAL. MOTIVOS CONDIZENTES.

Torna-se imprópria a suspeição, quando inexistem elementos probatórios nos autos, que indiquem a predisposição do Juízo em concorrer, previamente para a condenação do acusado, violando o sentimento de imparcialidade. Suspeição rejeitada.

(Exc. Susp.-PA. Acórdão nº 34.373. Relatora: Desa. LÚCIA DE CLAIREFONT SEGUN DIAS CRUZ Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 12/08/98).

HABEAS CORPUS

HABEAS CORPUS PREVENTIVO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PEDIDO DE CONVERSÃO EM DEPÓSITO. BENS DADOS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO NÃO ACOLHIDO.

Prisão decretada pelo Juízo “a quo”. Contrariedade ao Art. 904, § único do CPCB. Informações não prestadas pelo Juízo indicado como coator, prejudica a regular apreciação dos fatos narrados na exordial. Medida liminar confirmada. Ordem concedida.

(H.C. Prev.-PA. Acórdão nº 34.256. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 29/06/98).

SERVIDOR FEDERAL. PROCEDIMENTO INCOMPATÍVEL COM O CARGO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

Habeas Corpus para Trancamento de Ação Penal. Queixa-crime apresentada por servidor federal, que teria procedimento incompatível com o cargo, segundo alegações dos pacientes. Matéria do âmbito da Justiça Federal, não se conhecendo do habeas corpus por este motivo.

(H.C.p/tranca.Penal. – PA. Acórdão nº34.511. Relator: Des. ARY DA MOTTA SILVEIRA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 24/08/98).

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PACIENTE JULGADO E CONDENADO PELO TRIBUNAL DO JÚRI, AGUARDANDO JULGAMENTO DE RECURSO.

Considerando-se que a via do Habeas Corpus visa apenas a apreciação nos casos em que existia a ameaça de violação de um direito pelo abuso de autoridade ou quando existia uma prisão abusiva e legal, não se prestando à análise do conteúdo de decisão judicial. Ordem denegada.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº 34.326. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 29/06/98).

MORA PROCESSUAL. PRINCÍPIO DE PLAUSIBILIDADE.

H.C. Liberatório. Excesso de prazo. Hipótese de complexidade de processo. Princípio da Plausibilidade. Constrangimento ilegal não configurado. A jurisprudência tem orientado reiteradamente que o Princípio da Plausibilidade na justificativa da mora processual, tem o condão de abrandar a rigidez do prazo de 81 (oitenta e um) dias previsto para a conclusão da instrução criminal. Writ denegado por unanimidade.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº 34.510. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 17/08/98).

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. AUTOS DE PRISÃO REVESTIDO DAS FORMALIDADES LEGAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

Estando patente nos autos, que o auto de prisão em flagrante lavrado contra o paciente encontra-se revestido das formalidades legais, descaracterizado está o constrangimento ilegal alegado. Writ denegado.

(H.C. Lib. c/ Ped. Lim.-PA. Acórdão nº 34.257. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 22/06/98).

PENSÃO ALIMENTÍCIA. INADIMPLENTO. PRISÃO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE SATISFAZER OBRIGAÇÃO. COMPROVAÇÃO.

Habeas Corpus Preventivo objetivando desconstituir prisão civil decretada por inadimplência alimentar. Provada indubitavelmente pelo alimentante a impossibilidade de satisfazer a obrigação no quantum arbitrado, tanto que mensalmente vem depositando em conta bancária de sua ex-consorte e filhos menores, valor proporcional aos vencimentos auferidos como funcionário público estadual concede-se a ordem impetrada, expedindo-se em prol do paciente o respectivo o salvo conduto. Decisão unânime.

(H.C.Prev.c/ped.lim. – PA. Acórdão nº 34.707. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 28/09/98).

INSTRUÇÃO PROCESSUAL JÁ EM FASE FINAL. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Habeas Corpus Liberatório. Alegação de excesso de prazo na formação de culpa do acusado. Quando a instrução processual já se encontra em fase final de tramitação, não há de falar em constrangimento ilegal por parte da autoridade indicada como coatora. Precedentes de nossos Tribunais Superiores, inclusive, desta Corte de Justiça. Ordem denegada. Decisão unânime.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº 34.704. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 21/09/98).

ERRO QUANTO À PESSOA. AUTORIA DE MATERIALIDADE. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

Habeas Corpus Liberatório com pedido de liminar. Alegação de erro quanto à pessoa. Inexistência de prova material. Mera suposição. Não estando configuradas nos autos a autoria e materialidade do delito irrogadas ao coacto, havendo somente meras suposições, é de ser concedida a ordem pleiteada, ante o inafastável amparo legal do pedido. Ordem concedida. Decisão unânime.

(H.C.Lib.c/ped.lim. – PA. Acórdão nº34.710. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 21/09/98).

HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. PACIENTE QUE EXERCE ATO PRÓPRIO DE 3º VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELÉM, TEM CONTRA ELE PROPOSITURA DE QUEIXA-CRIME POR DIFAMAÇÃO E INJÚRIA.

Inadmissível tal queixa, uma vez que agiu de conformidade com os estatutos da C.D.L., não se dislumbrando crime em tese. Ordem concedida para exclusão do paciente da ação penal por falta de justa causa.

(H.C. p/ Tranc. de A. Penal-PA. Acórdão nº 34.445. Relator: Des. ARY DA MOTTA SILVEIRA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 17/08/98)

INSTRUÇÃO CRIMINAL EM FASE DE DILIGÊNCIAS. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO.

Habeas Corpus Liberatório. Péssimos antecedentes do paciente. Excesso de prazo que se acha justificado, pois a instrução criminal acha-se na fase do art. 499 do CPP (diligências). Ordem negada.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº34.709. Relator: Des. ARY DA MOTTA SILVEIRA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 31/08/98).

COMPLEXIDADE DO PROCESSO E PERICULOSIDADE DOS AGENTES. FORÇA MAIOR. DILAÇÃO DOS PRAZOS AUTORIZADA.

Habeas Corpus Liberatório. Excesso de prazo na instrução criminal. A complexidade do processo (vários réus), e a periculosidade dos agentes, caracterizam motivos de força maior, causa autorizadora da dilação dos prazos figurados em lei. Ordem denegada. Decisão unânime.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº34.708. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 28/09/98).

EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO DA PLAUSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

H.C.Liberatório. Excesso de Prazo. Hipótese de complexidade de processo. Princípio da Plausibilidade. Constrangimento Ilegal não configurado. A Jurisprudência tem orientado reiteradamente que o Princípio da Plausibilidade na justificativa da mora processual, tem o condão de abrandar a rigidez do prazo de 81 (oitenta e um) dias previsto para a conclusão da instrução criminal. Writ denegado por unanimidade.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº34.510. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 17/08/98).

PRISÃO CIVIL. IMPROPRIEDADE EM EQUIPARAR O CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA AO DEPÓSITO. ORDEM CONCEDIDA.

Penal. Processual. “Habeas Corpus” Preventivo. Prisão civil de devedor inadimplente-fiduciante. Sentença condenatória desfundamentada quanto à viabilidade jurídica do pedido. Impropriedade em equiparar o contrato de alienação fiduciária ao depósito “stricto sensu”, previsto no artigo 1.287, do Código Civil. Ordem concedida para anular a decisão do juízo “a quo”, conforme o artigo 93, IX, da Constituição Federal. Decisão unânime.

(H.C.Prev.c/ped.lim. - PA. Acórdão nº34.697. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento:14/09/98).

PORTADOR DE EPILEPSIA. GRAVIDADE DA DOENÇA RESULTANTE DA INTERRUPÇÃO DO TRATAMENTO. FATO PENALMENTE TÍPICO.

Habeas Corpus Liberatório. Crime previsto no artigo 157, §§1º e 2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro. Negativa de autoria. Apreciação de provas impossível, via habeas corpus. Portador de doença. Epilepsia. Gravidade da doença resultante interrupção tratamento. Trancamento de ação penal. Fato penalmente típico. Materialidade e autoria comprovadas. Inadmissibilidade.

(H.C.Lib.c/ped.lim. - PA. Acórdão nº34.705. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 28/09/98).

HABEAS CORPUS PREVENTIVO. PACIENTE ACUSADO PELA PRÁTICA DE CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ATO LIVRE E DE PRUDENTE ARBÍTRIO DO JUÍZO PROCESSANTE. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA.

A decretação da prisão preventiva do acusado é ato livre e de prudente arbítrio do Juízo processante, sendo impossível a dilação probatória em sede do “Writ”. O simples temor do paciente em que venha a ser decretada sua custódia preventiva pela autoridade coatora, não autoriza a concessão de Habeas Corpus em face do mesmo, em que pese primário e de bons antecedentes criminais. Ordem denegada.

(H.C. Prev.-PA. Acórdão nº 34.513. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 31/08/98)

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIME HEDIONDO. PRETENSÃO DO RÉU DE AGUARDAR EM LIBERDADE O RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO.

A concessão de liberdade provisória após sentença condenatória nos crimes hediondos, ou a eles assemelhados, constitui mera faculdade do Juiz, cuja decisão deve ser fundamentada, e não um direito líquido e certo do acusado, ex-vi do § 2º do Art. 2º da Lei nº 8.072/90. Na decisão denegatória é desnecessária a fundamentação pelo Juiz. Ordem denegada por carência de amparo legal.

(H.C. Lib.-PA. Acórdão nº 34.476. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. Câmaras Criminais Reunidas. Por Maioria. Julgamento: 24/08/98)

INTRUÇÃO CRIMINAL EM FASE DE DILIGÊNCIAS. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO.

Habeas Corpus Liberatório. Péssimos antecedentes do paciente. Excesso de prazo que se acha justificado, pois a instrução criminal acha-se na fase do art. 499 do CPP (diligências). Ordem negada.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº34.709. Relator: Des. ARY DA MOTTA SILVEIRA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 31/08/98).

CRIME DE LATROCÍNIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS.

Habeas Corpus Liberatório. Crime de Latrocínio. Constrangimento Ilegal. Excesso de prazo. A coação ilegal deixa de existir, mesmo ultrapassando o prazo de 81 dias, se o feito encontra-se nas alegações finais, tratando-se de crime considerado de natureza hedionda, torna-se insuscetível a liberdade provisória. Inteligência do artigo 2º, inciso II da Lei nº8.072/90. Ordem denegada. Decisão unânime.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº34.864. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 05/10/98).

PORTADOR DE EPILEPSIA. PRISÃO. INTERRUÇÃO DO TRATAMENTO. GRAVIDADE DA DOENÇA.

Habeas Corpus Liberatório. Crime Previsto no artigo 157, §§ 1º e 2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro. Negativa de autoria. Apreciação de provas impossível via habeas corpus. Portador de doença – Epilepsia – Gravidade da doença resultante interrupção tratamento – Trancamento da Ação Penal – Fato penalmente típico – Materialidade e autoria comprovadas – Inadmissibilidade.

(H.C.Lib.c/Ped.Lim/Tranc.A.Penal – PA Acórdão nº34.705. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 28/09/98).

HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL GRAVE SEGUIDA DE MORTE.

Habeas Corpus para exclusão de ação penal. Crime de lesão corporal grave seguida de morte. As alegações enumeradas na exordial da impetração encontram-se totalmente contraidas pelas informações da autoridade dita coatora. Improcedência do pedido ante a ausência de amparo fático-jurídico. Inocorrência de constrangimento ilegal. Ordem denegada. Decisão unânime.

(H.C.p/Excl.A.Penal. – PA. Acórdão nº34.760. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 28/09/98).

APROPRIAÇÃO INDÉBITA. CONFISSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB/PA.

Habeas Corpus para trancamento de ação penal. Apropriação indébita. Confissão da acusada de apropriação de valores pertencentes a um cliente seu a título de honorários advocatícios, com alegações de que o mesmo ainda lhe deve a soma de R\$105,00. Reconhecida a sua culpabilidade pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/PA. Configurado está o crime em tese, na forma do art. 168, §1º, III, do C.P. Ordem denegada, à unanimidade.

(H.C.p/tranc.A.Penal – PA. Acórdão nº34.768. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 14/09/98).

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME CONTRA A VIDA. INEXISTÊNCIA DA LEGÍTIMA DEFESA. PRONÚNCIA.

Recurso Penal em Sentido Estrito. Crime contra a vida. Pronúncia. Ausência de moderação dos meios empregados para repelir a injusta agressão sofrida. Inexistência da Legítima Defesa alegada. Recurso conhecido, porém improvido, para que seja o ora recorrente submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. Unânime.

(Rec.P.Sent.Estr. – PA. Acórdão nº34.423. Relator: Des. ARY DA MOTTA SILVEIRA. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 18/08/98).

CRIME DE ESTUPRO. A REPRESENTAÇÃO NOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL NÃO DEPENDE DE RIGORES FORMALÍSTICOS.

A atitude imediata da vítima em procurar a autoridade policial para relatar o crime e apontar o seu autor, reflete a inequívoca manifestação de vontade da mesma em ver instaurada a ação penal contra o criminoso. Inacolhida a arguição de nulidade do processo por ausência de representação da vítima, à unanimidade, por carência de amparo legal. A confissão do acusado e o resultado harmônico da palavra da vítima com as provas carreadas ao processo, autorizam a condenação do mesmo. Recurso improvido.

(Rec. Penal-PA. Acórdão nº 34.290. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 19/06/98).

SUPOSTO CRIME CONTRA A HONRA. RECURSO EMBASADO NO ART. 144, § 2º DA LEI 5.250/67 (LEI DE IMPRENSA).

Preliminar de ilegitimidade de parte: conferida a inépcia da queixa-crime pela inobservância das normas legais e, conseqüentemente, a improcedibilidade da ação penal tomando-se despciendo o julgamento do Mérito. Recurso conhecido e provido.

(Rec. Pen. Sent. Est.-PA. Acórdão nº 34.375. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 26/06/98)

PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE APRECIÇÃO PELO JUIZ.

Recurso Penal em Sentido Estrito. Apreciação do pedido de prisão preventiva fere não só a Lei Processual, como a própria lógica judiciária, quando o Juízo deixa de apreciar pedido do parquet, requerendo a segregação preventiva do acusado. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

(Rec.Pen.Sent.Estr. – PA. Acórdão nº34.861. Relatora: Desa. LÚCIA CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 04/09/98).

DESCRIMINANTE PUTATIVA. RECONHECIMENTO.

Recurso em Sentido Estrito. Agiu o acusado amparado na discriminante putativa, pois supôs que a vítima ao colocar a mão sob a camisa iria alvejá-lo e mais rápido, disparou o projétil que a prostrou sem vida, recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

(Rec.Sent.Estr. – PA. Acórdão nº34.880. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 23/10/98).

RECURSO EX-OFFÍCIO

AÇÃO PENAL PÚBLICA. INICIATIVA EXCLUSIVA DO MP. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

Recurso Penal Ex-Officio de Habeas Corpus Liberatório. Considerando a revogação dos incisos I e II do artigo 574 do Código de Processo Penal, caberá privativamente ao Ministério Público a iniciativa da Ação Penal Pública, devendo-se-lhe, também, atribuir a iniciativa recursal como prolongamento do Princípio da Legalidade. Recurso não conhecido. Decisão unânime.

(Rec.P.Ex-Of. – PA. Acórdão nº34.647. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 03/02/98).

REEXAME DE SENTENÇA

REEXAME DE SENTENÇA. DIREITO DE DEFESA. PROCESSO ADMINISTRATIVO.

É garantia constitucional o direito ao contraditório em processo de qualquer natureza, sendo uma das características da cidadania. Recurso conhecido e provido.

(Reex. Sent.-PA. Acórdão nº 34.376. Relatora: Desa. LÚCIA DE CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 26/06/98).

REVISÃO CRIMINAL

CRIME DE LATROCÍNIO. REVISÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA DE OITIVA DE DUAS TESTEMUNHAS DE DEFESA.

Revisão Criminal. Pretensão de anular a sentença condenatória, por não terem sido ouvidas, durante a instrução criminal, duas testemunhas arroladas pela defesa. Crime de Latrocínio. Dispositivo legal havido, que se refere a sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal, com evidência dos autos. Nada arguindo a respeito dos pecados da sentença, que está muito bem lançada e não merece reforma. Crime hediondo de latrocínio. Habeas corpus negado.

(Rev.Crim. – PA. Acórdão nº34.744. Relator: Des. ARY DA MOTTA SILVEIRA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 09/08/98).

ÍNDICE SISTEMÁTICO

ACÇÃO PENAL

• CRIME DE RESPONSABILIDADE. REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS SEM CONCORRÊNCIA OU COLETA DE PREÇOS.	77
• CRIME DE RESPONSABILIDADE DE EX-PREFEITA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. DENÚNCIA RECEBIDA.	77
• CRIME DE RESPONSABILIDADE. ACÇÃO PENAL. EXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA.	78
• EX-PREFEITO. ACÇÃO PENAL. CRIME EM TESE. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.	78
• CRIME DE RESPONSABILIDADE. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS FORMAIS. DENÚNCIA RECEBIDA.	79

AGRAVO

• ACÇÃO CAUTELAR DE CAUÇÃO. CONCESSÃO DE LIMINAR. INADMISSIBILIDADE.	21
• ACÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS. CONTABILIZAÇÃO NA CONTA "RESERVAS BANCÁRIAS" – IMPENHORABILIDADE.	18
• AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUIMENTO NEGADO. AGRAVO INOMINADO. MOTIVOS ACEITÁVEIS.	19
• AGRAVO DE INSTRUMENTO - ACÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - INDEFERIMENTO INICIAL EM INCIDENTE DE FALSIDADE DOCUMENTAL.	15
• AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA INCIDENTAL, VISANDO O SEU QUÊSTRO INDISCRIMINADO DE TODOS OS BENS DO EXECUTADO, EM DETRIMENTO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.	13
• AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.	16
• ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ACÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DEPÓSITO EM MÃOS DO CREDOR.	19
• CONCORDATA PREVENTIVA. FALÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE DA DECISÃO.	20
• EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. PENHORA. CITAÇÃO VÁLIDA.	21
• EXECUÇÃO. AMPLIAÇÃO DA PENHORA. ACÇÃO JÁ EM FASE DE REMOÇÃO DE BENS. PERDA DO OBJETO.	18
• EXECUÇÃO. AMPLIAÇÃO DA PENHORA. ACÇÃO JÁ EM FASE DE REMOÇÃO DE BENS. PERDA DO OBJETO.	18
• EXECUÇÃO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. MERA FACULDADE. INCABIMENTO DE AGRAVO.	17
• FALTA DE CITAÇÃO DE UM DOS CO-OBRIGADOS. NORMA PROCESSUAL DE ORDEM PÚBLICA. NULIDADE ABSOLUTA.	14
• IDENTIDADE DESCONHECIDA DOS RÉUS. CITAÇÃO POR EDITAL. ESBULHO. POSSE VELHA.	13
• JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INOCORRÊNCIA. DESPACHO PROFERIDO EM AUDIÊNCIA.	20
• RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - ACÇÃO DE INVENTÁRIO. PRELIMINARES DE EXTEMPORANEIDADE E ILEGITIMIDADE DE PARTE.	14
• TUTELA ANTECIPADA. ACÇÃO ORDINÁRIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL. PEDIDO DE SUSTAÇÃO DE AJUIZAMENTO DA ACÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO A PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL.	17

AGRAVO EM MATÉRIA PENAL

- AGRAVO. CRIME PREVISTO NO ART. 213 C/C ART. 224, "A" DO CPB..... 83
- RECURSO DE AGRAVO COM FUNDAMENTAÇÃO NO ART. 197 DA LEI DAS EXECUÇÕES PENAIS. 83

APELAÇÃO CÍVEL

- AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO. PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. O NÃO CUMPRIMENTO ACARRETA A NULIDADE DO PROCESSO. 29
- AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO. TRANSFERÊNCIA DE TERMINAL TELEFÔNICO SEM AUTORIZAÇÃO DA PROPRIETÁRIA. RETORNO DA CONCESSÃO À LEGÍTIMA PROPRIETÁRIA. 33
- AÇÃO DE DISSOLUÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE DE FATO. DESERÇÃO. 33
- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CANCELAMENTO DO CONTRATO DE CHEQUE ESPECIAL. DANO MATERIAL CARACTERIZADO. 37
- AÇÃO E BUSCA E APREENSÃO. A INICIAL DO PEDIDO DE CONVERSÃO DA EM AÇÃO DE DEPÓSITO. CONEXÃO. DISPENSA DE REPETIÇÃO 27
- AÇÃO POPULAR. ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA INADEQUADA AO PRESENTE CASO. 35
- AÇÃO POPULAR. LICITAÇÃO. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO NÃO OCASIONOU PREJUÍZO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO.31
- AÇÃO DE DESPEJO. RELAÇÃO LOCATÍCIA E OMISSÃO DO LOCATÁRIO EM PAGAR OS ALUGUÉIS. COMPROVAÇÃO. 31
- ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PERÍCIA MÉDICA. NULIDADE DA SENTENÇA..... 37
- APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE DESPEJO C/C COBRANÇA DE ALUGUÉIS E ENCARGOS LOCATÍCIOS. JULGAMENTO "CITRA PETITA" 26
- APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DECLARATÓRIA. PRELIMINARES REJEITADAS UNANIMEMENTE. PLANO CRUZADO..... 28
- APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DO DEVEDOR JULGADOS IMPROCEDENTES. EXECUÇÃO DE CHEQUE. TÍTULO EXTRAJUDICIAL LÍQUIDO E CERTO. 25
- APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DO DEVEDOR JULGADOS IMPROCEDENTES. EXECUÇÃO DE CHEQUE. TÍTULO EXTRAJUDICIAL LÍQUIDO E CERTO 25
- CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO, FACE INEXISTÊNCIA DE QUALQUER FATO OU ATO QUE POSSA DEMONSTRAR O VENCIMENTO ANTECIPADO DE UMA DAS ALUDIDAS CÉDULAS E INEXISTÊNCIA DE PRÉVIA CONSTITUIÇÃO DOS EMBARGANTES EM MORA, ATRAVÉS DO PROTESTO, INTERPELAÇÃO OU NOTIFICAÇÃO REFERENTE À MESMA. 26
- CHEQUES FURTADOS . POSSE DE TERCEIRO DE BOA FÉ. RESPON SABILIDADE DO EMITENTE. 32
- CONCORDATA PREVENTIVA. FALÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE DA DECISÃO 20
- CONSÓRCIO DE AUTOMÓVEIS. DEVOLUÇÃO DE PARCELAS PAGAS A MAIS. A LONGAMENTO DO PLANO. 39
- DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. REAJUSTE PERIÓDICO. INPC..... 34

• EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DE HIPOTECA SOBRE BEM EXECUTADO.	38
• IMÓVEL COMERCIAL. RENOVATÓRIA. FALTA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO.	39
• IMPORTÂNCIA EM DINHEIRO DEPOSITADA. TRANSFERÊNCIA A TERCEIRO. NEGLIGÊNCIA DO ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. LIBERAÇÃO DO DINHEIRO EM FAVOR DO PREJUDICADO.	25
• INTERDITO PROIBITÓRIO. CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS EM GLEBAS DOS APELANTES.	30
• MATÉRIA SUSCITADA NO TRIBUNAL. NÃO APRECIAÇÃO NA INSTÂNCIA “A QUO”. IMPOSSIBILIDADE DE SER ANALISADA. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.	36
• NÃO PAGAMENTO DO PREÇO. RECISÃO DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE.	38
• RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CARTÃO DE CRÉDITO OUROCARD EXTRAVIADO. COMUNICAÇÃO DO FATO À EMPRESA EMISSORA. EMISSÃO DE NOVO CARTÃO. EXTRATO MENSAL PARA PAGAMENTO CONSTANDO INCLUSIVE DÉBITO DE COMPRAS FEITAS NESTA E OUTRA PRAÇA, COM O CARTÃO EXTRAVIADO, EM DATA POSTERIOR AO COMUNICADO.	27
• REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ÁREA DE MARINHA SITUADA NO LITORAL DE PONTA DE PEDRAS. APELAÇÃO. FALTA DE PREPARO. DESERÇÃO.	30
• RETRANSMISSÃO DE MÚSICAS PELA RÁDIO E TV. PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS. INTERDITO PROIBITÓRIO.	36
• RETRANSMISSÃO DE MÚSICAS PELA RÁDIO E TV. PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS. INTERDITO PROIBITÓRIO.	36
• SEGURO DE VIDA. MORTE ACIDENTAL. FALTA DE PAGAMENTO DA 1ª PARCELA. RISCO. RESPONSABILIDADE ELIDIDA PELO FATOR CARÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.	35
• SERVIDOR PÚBLICO. DISPENSA DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO. ARBITRARIEDADE. CARGO SINDICAL.	34

APELAÇÃO CRIMINAL

• APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E LESÕES CORPORAIS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE.	87
• LEGÍTIMA DEFESA. FALTA DE ATUALIDADE. AÇÃO DE VINGANÇA.	87
• RECURSOS DE APELAÇÃO. COMUNICABILIDADE ENTRE AS TESTEMUNHAS, INOCORRÊNCIA CONFORME A ATA DO JULGAMENTO. DA MESMA FORMA, INEXISTENTE CERCEAMENTO DE DEFESA.	88

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

• AUSÊNCIA DE QUESITO OBRIGATÓRIO. NULIDADE ABSOLUTA DO JULGAMENTO.	92
• CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DIREITO OBRIGACIONAL. CRITÉRIO TERRITORIAL.	43
• CRIME COM DUAS VERSÕES. JULGAMENTO POPULAR. DECISÃO FAVORÁVEL AO RÉU. SOBERANIA DO JÚRI.	91
• CRIME DE ESTUPRO. VIOLÊNCIA PRESUMIDA. LIBERAÇÃO DOS COSTUMES SEXUAIS. EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA.	90
• CRIME DE VIOLAÇÃO DE MARCA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA. CONCORRÊNCIA DESLEAL. DOLO NÃO CONFURADO.	91
• DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE DO APELANTE.	93

• FALTA DE CITAÇÃO. SENTENÇA FUNDAMENTADA NAS DECLARAÇÕES DE POLICIAIS. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL DO RÉU.....	92
• GUARDA DE MENOR. PEDIDO DE FEITO PELOS AVÓS. MÃE BIOLÓGICA SEM CONDIÇÕES PARA MANTER E EDUCAR O FILHO.....	43
• JULGAMENTO POPULAR. VIOLENTA EMOÇÃO NÃO CARACTERIZADA. APLICAÇÃO DA PENA BEM DOSIMETRADA. DECISÃO MANTIDA.....	89
• MAUS ANTECEDENTES NÃO COMPROVADOS. CONDUITA SOCIAL. APRECIÇÃO COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL AUTÔNOMA.....	94
• PROMOTORES DE JUSTIÇA DECLINAM DE CONHECER DO FATO CRIMINOSO. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES.....	97
• PROVA TESTEMUNHAL DUVIDOSA. INEXISTÊNCIA DE PROVA MATERIAL. EXAME PERICIAL IMPRESCINDÍVEL.....	89
• RECURSO DE APELAÇÃO. CRIME DE LATROCÍNIO, DESCRITO NO ART. 157, § 3º DO CPB. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, POR NÃO CONSIDERAR A MMA. PROLATORA, O PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE CRIME, PARA O DE HOMICÍDIO SIMPLES. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRELIMINARES REJEITADAS UNANIMEMENTE.	90
• RECURSOS DE APELAÇÃO INTERPOSTOS PELO SR. PROMOTOR DE JUSTIÇA E PELO RÉU. DESCLASSIFICAÇÃO PELO JÚRI DO CRIME DE HOMICÍDIO PRIVILEGIADO.....	88
• RELATÓRIO COM CLARA EXPOSIÇÃO DE FATOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.....	93

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

• EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIDOS DADO TEREM SIDO OPOSTOS TEMPESTIVAMENTE.....	47
• EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO NOS EMBARGOS AGRAVADOS. EXECUÇÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL.....	47
• INVENTÁRIO. QUESTÃO APRECIADA E FUNDAMENTADA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INCABIMENTO.....	48
• FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM. EXISTÊNCIA DE MOTIVOS SUFICIENTES. NÃO OBRIGATORIEDADE EM RESPONDER A TODOS OS ARGUMENTOS.....	49
• FALTA DE CITAÇÃO. NULIDADE ABSOLUTA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO.....	49

EMBARGOS INFRINGENTES

• EMBARGOS INFRINGENTES. EXECUÇÃO DE ALUGUÉIS. PENHORA DE BENS PERTENCENTES A FIADORES. IMPENHORABILIDADE DOS BENS POR PERTENCER A TERCEIROS E SER BEM DE FAMÍLIA.....	53
• EMBARGOS INFRINGENTES. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS.....	53
• EMBARGOS INFRINGENTES. PREPARO. OBRIGATORIEDADE PREVISTA NO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL.....	54

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO

• EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO DA CAPITAL. MOTIVOS CONDIZENTES.....	101
---	-----

HABEAS CORPUS

- APROPRIAÇÃO INDÉBITA. CONFISSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB/PA. 115
- COMPLEXIDADE DO PROCESSO E PERICULOSIDADE DOS AGENTES. FORÇA MAIOR. DILAÇÃO DOS PRAZOS AUTORIZADA 110
- CONCORDATA PREVENTIVA. FALÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE DA DECISÃO 20
- CRIME DE LATROCÍNIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS 113
- ERRO QUANTO À PESSOA. AUTORIA DE MATERIALIDADE. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO 108
- EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO DA PLAUSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO 110
- EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO DA PLAUSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO 110
- HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIME HEDIONDO. PRETENSÃO DO RÉU DE AGUARDAR EM LIBERDADE O RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO 112
- HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PACIENTE JULGADO E CONDENADO PELO TRIBUNAL DO JÚRI, AGUARDANDO JULGAMENTO DE RECURSO 106
- HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. AUTOS DE PRISÃO REVESTIDO DAS FORMALIDADES LEGAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO 107
- HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. PACIENTE QUE EXERCE ATO PRÓPRIO DE 3º VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELÉM, TEM CONTRA ELE PROPOSITURA DE QUEIXA-CRIME POR DIFAMAÇÃO E INJÚRIA 109
- HABEAS CORPUS PREVENTIVO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PEDIDO DE CONVERSÃO EM DEPÓSITO. BENS DADOS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO NÃO ACOLHIDO 105
- HABEAS CORPUS PREVENTIVO. PACIENTE ACUSADO PELA PRÁTICA DE CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ATO LIVRE E DE PRUDENTE ARBITRÍO DO JUÍZO PROCESSANTE. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA 112
- HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL GRAVE SEGUIDA DE MORTE 114
- INSTRUÇÃO PROCESSUAL JÁ EM FASE FINAL. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL 108
- INSTRUÇÃO CRIMINAL EM FASE DE DILIGÊNCIAS. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO 113
- PENSÃO ALIMENTÍCIA. INADIMPLEMENTO. PRISÃO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE SATISFAZER OBRIGAÇÃO. COMPROVAÇÃO 107
- PORTADOR DE EPILEPSIA. PRISÃO. INTERRUÇÃO DO TRATAMENTO. GRAVIDADE DA DOENÇA 114
- PORTADOR DE EPILEPSIA. PRISÃO. INTERRUÇÃO DO TRATAMENTO. GRAVIDADE DA DOENÇA 114
- PRISÃO CIVIL. IMPROPRIEDADE EM EQUIPARAR O CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA AO DEPÓSITO. ORDEM CONCEDIDA 111
- SERVIDOR FEDERAL. PROCEDIMENTO INCOMPATÍVEL COM O CARGO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL 105

MANDADO DE SEGURANÇA

• AÇÃO POPULAR. LICITAÇÃO. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO NÃO OCASIONOU PREJUÍZO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO.	31
• APOSENTADORIA. NÃO APLICAÇÃO DO REDUTOR CONSTITUCIONAL. EXCLUSÃO DE VANTAGENS.	59
• ATIVIDADE NA INICIATIVA PRIVADA E NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APOSENTADORIA. PRESSUPOSTOS LEGAIS NÃO SATISFEITOS.	60
• ATO DO CHEFE DA CASA CIVIL. INCOMPETÊNCIA DO ÓRGÃO ESPECIAL PARA JULGAMENTO.	62
• CARGO COMISSIONADO. INCORPORAÇÃO DE ADICIONAL. DIREITO RECONHECIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI 5.810/9463	
• COMPATIBILIDADE COM AS HIPÓTESE PREVISTAS EM LEI. POSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS.	60
• CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIA DA IDADE MÁXIMA DE 25 ANOS. MANDADO DE SEGURANÇA. INSCRIÇÃO CONSUMADA. PERDA DE OBJETO.	58
• LICENÇA ESPECIAL. CONVERSÃO. MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO O RECONHECIMENTO DO DIREITO EM RECEBER A IMPORTÂNCIA DEVIDA.	58
• MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ. CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO MASCULINO DA POLÍCIA MILITAR/9759	
• MANDADO DE SEGURANÇA. A IMPETRAÇÃO OBSERVOU O PRAZO DO ART. 18 DA LEI Nº 1.533/51; REJEITA-SE A PRELIMINAR DE DECADÊNCIA. O ATO CONSIDERADO VIOLADOR DO DIREITO DO IMPETRANTE FOI DA LAVRA DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, É PARTE ILEGÍTIMA PARA FUNCIONAR NO PÓLO PASSIVO.	63
• MANDADO DE SEGURANÇA. INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO NO QUADRO DE OFICIAIS COMBATENTES DA POLÍCIA MILITAR.	57
• PENSÃO ALIMENTÍCIA. BLOQUEIO DAS CONTAS. MEDIDA DESNECESSÁRIA E ARBITRÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. INCABIMENTO.	61
• POLÍCIA MILITAR. CONCURSO PARA ADMISSÃO DE OFICIAIS. LIMITAÇÃO DE IDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.	64
• POLÍCIA MILITAR. PROMOÇÃO AO CARGO DE CORONEL. CRITÉRIO DE MERECEMENTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONDICIONADO A INCLUSÃO DO NOME POR DUAS VEZES CONSECUTIVAS EM PRIMEIRO LUGAR.	64
• REDUTOR CONSTITUCIONAL. VANTAGENS PESSOAIS OU INDIVIDUAIS. INAPLICABILIDADE.	65
• TÉCNICOS LEGISLATIVOS. ISONOMIA COM O CARGO DE ASSESSOR TÉCNICO. DECRETO LEGISLATIVO Nº70/90.	61
• VENCIMENTOS DE FUNCIONÁRIO. COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA PARA CORRIGIR DISTORÇÃO. TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR. DIREITO DE ISONOMIA.	62

RECURSO EX-OFFÍCIO

• AÇÃO PENAL PÚBLICA. INICIATIVA EXCLUSIVA DO MP. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.	125
---	-----

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

• CRIME DE ESTUPRO. A REPRESENTAÇÃO NOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL NÃO DEPENDE DE RIGORES FORMALÍSTICOS.	119
• DESCRIMINANTE PUTATIVA. RECONHECIMENTO.	121

- PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE APRECIÇÃO PELO JUIZ. 120
- RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME CONTRA A VIDA. INEXISTÊNCIA DA LEGÍTIMA DEFESA. PRONÚNCIA..... 119
- SUPOSTO CRIME CONTRA A HONRA. RECURSO EMBASADO NO ART. 144, § 2º DA LEI 5.250/67 (LEI DE IMPRENSA). 120

REEXAME DE SENTENÇA

- ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PERÍCIA MÉDICA. NULIDADE DA SENTENÇA..... 37
- COBRANÇA. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO. IRREGULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA. 70
- DESCONTO EM FOLHA. RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FINANCEIRA..... 70
- PAGAMENTO DE DIFERENÇA DE REPASSES DE DUODÉCIMOS. PODER LEGISLATIVO. RESTOS A PAGAR. 71
- REEXAME DE SENTENÇA. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA CONTRA O MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA. CRÉDITOS ORIUNDOS DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CHAMAMENTO REGULAR À LIDE. RENÚNCIA À DEFESA. REVELIA. 69

REEXAME DE SENTENÇA EM MATÉRIA PENAL

- REEXAME DE SENTENÇA. DIREITO DE DEFESA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. 129

REVISÃO CRIMINAL

- CRIME DE LATROCÍNIO. REVISÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA DE OITIVA DE DUAS TESTEMUNHAS DE DEFESA. 133